Charada dos Painéis de São Vicente: Pedro de Azevedo e a Ordem da Espada

José Pinto Casquilho
Programa de Pós-Graduação
Universidade Nacional Timor Lorosa'e

Porque Jerónimo Román [y Zamora] *es un escritor casi totalmente relegado al olvido, un hombre raras veces recordado o citado. Si en ocasiones se menciona su nombre es sólo para confundirle con sus varios homónimos, especialmente con el jesuíta Jerónimo Román de la Higuera.*
Y esta confusión, que puede observarse hasta en los catálogos de bibliotecas respetables, es verdaderamente lamentable porque la distancia que separa al agustino del jesuíta es mayor que la semejanza de sus nombres.
Fidel Villarroel, 1973 (p. 490)



À memória de José Sobral, querido amigo;
e ao Zulão, lembrando Marrocos com saudades

Preâmbulo

Neste texto abro com a palavra "charada" que, embora sendo tacitamente utilizada por muitos, enquanto dispositivo metodológico expressamente enunciado tem um autor, António Salvador Marques[1], ainda que eu divirja dele na interpretação de alguns vultos e na semântica do políptico.

Num texto anterior —— e recente documento de trabalho (Casquilho, 2026) —— creio que consegui demonstrar que a Ordem da Espada se mostra não só relevante mas mesmo necessária para a interpretação das tábuas, e nomeadamente das três que detalhei e que, utilizando as denominações em curso dadas por José de Figueiredo (1910), são os dois painéis centrais "Painel do Infante" e "Painel do Arcebispo" e ainda o volante designado "Painel dos Cavaleiros". Como se poderá observar abaixo, formam um subconjunto conexo na disposição corrente, com 42 vultos, dos quais 40 humanos e o santo duplicado em poses diferentes.



Políptico de São Vicente no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. (Em alta resolução[2])

Um esquisso de possível interpretação dos números no âmbito da cultura da Idade Média foi avançado nesse documento de trabalho com base em Hopper (1938)[3]. No conjunto do políptico temos então seis painéis —— o primeiro número considerado perfeito pelos pitagóricos porque iguala a soma dos seus divisores (6=1+2+3) —— que multiplica por dez, o número da completude para os mesmos pitagóricos. Na filosofia medieval dos números que lhe sucedeu, estes significados são resgatados e acrescentados: o número dez inclui a rectidão na fé e todos os números do plano divino; e o número seis, para além de perfeito é ainda considerado o número do humano na série da criação (o 6º dia) e ainda o da sua limitação. Também, o número 60 é o número intermédio da parábola do semeador, mencionada em Mateus (13), e ainda em Marcos (4) e Lucas (8). Talvez ainda tenha a ver com os sessenta guerreiros mencionados no Cântico dos Cânticos (7:3)?

Não sei. Sei que o políptico foi concebido com uma disciplina matemática[4] de encadeamento de símbolos e significados, estes só parcialmente revelados ou mesmo ocultos, e tenho a convicção arreigada que el-rei

[1] http://paineis.org/INDICE.htm
[2] Aqui: https://artsandculture.google.com/asset/pain%C3%A9is-de-s%C3%A3o-vicente/WAG9YcHHiWiS-g?hl=pt-PT
[3] Reparei agora que falhou nas referências do escrito anterior, segue neste.
[4] Expressão algo pleonástica, porque *mathesis* também significa disciplina mental.

Afonso V em parelha com Nuno Gonçalves foram os conceptores da obra, sendo o último executor junto com elementos da sua oficina. O número 7, que o rei Afonso V adoptou na sua divisa, de acordo com Moreno e Freitas (2006, p. 361) comporta um número mágico, reúne a totalidade da vida à qual se adiciona a fé, a esperança e a caridade — virtudes teologais — e ainda a prudência, a temperança, a justiça e a força, virtudes cardeais, tão utilizadas por Rui de Pina para caracterizar d. Afonso V.

Por exemplo, quando el-rei decide ocultar com os dedos do santo a primeira parte da frase que abre o Evangelho de S. João (14, 28-31) no livro legível do "Painel do Infante" — ou seja, esconde "*Pater maior me*" — deixando ficar o "*est*", estaria a querer negar por elisão que Deus seja maior do que ele, el-rei? Creio que não, o soberano está em genuflexão o que comporta veneração e um provável juramento associado a um voto. Estará talvez a transformar a ausência da presença (porque ocultada) na invocação da presença, como se fora uma luz velada. Ou a contribuir para fazer a equiparação entre Jesus e o Pai como se fossem Um mesmo e Só, um dos debates que já vinha das disputas teológicas do século IV e que foi uma das questões que motivou o primeiro Concílio de Niceia.

No entanto, numa perspectiva mais pragmática—que não descarta a possível alusão simbólica mencionada acima relativamente aos números, ou outras — é verosímil ter-se os 58 vultos humanos associados a 1458, ano de conquista de Alcácer-Ceguer com tropas comandadas pelo próprio rei, a que se seguiram dois cercos de monta movidos pelo sultão de Fez, o segundo já entrando em 1459, a que os portugueses resistiram com sucesso. E terá sido esse o principal móbil que levou o rei a querer instituir uma nova ordem de cavalaria de que seria o grão-mestre, que consolidasse lealdades e recompensasse os feitos notáveis de alguns e ainda dispensasse o reconhecimento da Cúria Romana.

El-rei Afonso V jogou a modos que com uma anástrofe criando a Ordem da Espada (de Santiago), confundindo-a com a Ordem de Santiago (da Espada), de que o seu irmão infante d. Fernando era governador e administrador. Esta última tinha origem em Castela tendo assumido a designação em 1170, ficando o ramo português intermitentemente vinculado a Castela até 1320, quando uma bula do Papa João XXII separou definitivamente o ramo português (Coimbra, 1963). No entanto, a origem estava em Castela e o lastro genético deixava a sua marca.

O rei foi inteligente ao construir uma denominação ambígua da nova ordem para o comum das pessoas — exceptuavam-se os eleitos que conheciam os meandros do caso — porque poderia mobilizar recursos a partir de seu irmão e das comendas da Ordem de Santiago pois, a seguir ao rei e ao príncipe, d. Fernando era o terceiro nome da lista da nova ordem. Como se verá adiante até Pedro de Azevedo foi iludido nesta ambiguidade charadística.

Voltando às tábuas. Em minha opinião, el-rei mostra-se em vulto digno, elegante e enérgico na pose, determinado mas também algo triste, expectante e um pouco acre, como se não pudera entender por que Deus o "castigara" — ou pelo menos não amparara — nas sucessivas incursões falhadas em Tânger, e ainda o remate de Benacofú de final de Janeiro de 1464 onde quase perdeu a vida. Afinal, ele que tanto queria contribuir para a dilatação da fé cristã e remissão do nome de seu tio Infante Santo e dos seus restos mortais, não poderia contar com o apoio divino?

Acho compreensível que o rei não sorria, antes se mostre com comissuras vincadas. A tão falada, e acertadamente segundo creio, muralha de cidade marroquina apensa na base do seu barrete — uma tira de couro recortada — não será também metonimicamente uma coroa real discreta? No ápice do barrete, uma bola de ouro desabrochada em inúmeros filamentos pendentes não será aparentada à figura da sua empresa, o rodízio?

Só há bem pouco tempo, é que me apercebi que existe a interpretação — quiçá dominante porque vem referida, ainda que de forma algo ambígua, por Rui de Pina de "*um guião de sua devisa, que foi um rodízio de moinho, com gotas d'ágoa darredor espargidas, que tomara pola rainha D. Isabel, sua molher*" (Earle, 2024, pp. 487-488) — de que o rodízio, portanto o corpo da empresa ou divisa do rei, seria um monumento à sua tristeza, pelo decesso da rainha d. Isabel de Coimbra. E as gotas aspergidas seriam lágrimas. Confesso que nunca me tinha inclinado assim: para mim era uma engrenagem dinâmica, simbolizando movimento e aspersão, portanto disseminação, a que associava a fé cristã e alguma expansão territorial.

Observe-se ainda que as armas de d. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa desde 1464 — e pessoa muito próxima do rei, possivelmente sendo o vulto retratado no "Painel do Arcebispo" — tem um motivo central semelhante: outro rodízio, agora vertical[5] (embora associado à roda de Santa Catarina). Ou ainda o corpo da divisa do marquês de Valença e também conde de Ourém (primogénito do primeiro duque de Bragança), que também mostra uma engrenagem, dois guindastes afrontados com rodas largas, ligados por uma corda de um onde emerge o mote, como se pode ver na base da sua arca tumular sob os pés da jacente (e.g., Barradas, 2006, p. 6). Elementos de engenharia enquanto símbolos proto-renascentistas também?

Abaixo, tem-se a imagem como consta na Crónica de D. Afonso V, possivelmente concluída antes de 1504, e conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Mas sinto-me acompanhado na interpretação de que a empresa de d. Afonso V era também, ou sobretudo, de natureza heróica (e.g., Poza, 2019) e não (apenas) romântica e sentimental — note-se que a autora também interpreta o mote da divisa como "*ala mais*" significando "mais além", e não o tão repetido "*jamais*" — a que acresce que nos estandartes e pendões o fundo é vermelho, cor da guerra, embora também do amor e do sacrifício, como se vê nas tapeçarias de Pastrana. Poderá no entanto conciliar os dois motivos: uma dinâmica de dispersão ou de disseminação expressa e, também, a presença da tristeza.

Que el-rei era um homem que gostava de rigor nos preceitos da corte não há que ter dúvidas, pelo grande manancial de "ditados" (enunciados protocolares sobre a maneira de o rei se dirigir a reis e outros grandes senhores da Europa e da Igreja) e instruções, que podemos ler no *Livro Vermelho*, entre os quais destaco o seguinte (Serra, 1793, p. 420)[6], depois da tomada de Arzila e Tânger:

> *A Saber, Dom Afonſo per graça de Deos Rey de Portugual, e dos Algarves d'aquem, e d'alem maar am Afriqua; quando eſtever em Portugal: e quando eſtever em Afriqua dira, d'alem e da aquem mar em Afriqua.*

Como se lê, no que se lhe refere, el-rei gostava de ser georreferenciado no que concerne a África.

[5] https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_da_Costa#/media/Ficheiro:Coat_of_arms_of_Jorge_da_Costa.svg

[6] Nota: segue-se a ortografia do autor; notar que o sinal de pontuação ";" e o ":" tinham usos contrários ao que hoje se faz.

A questão da verdade, veridicção e sigilo

No contrato de veridicção — tal como enunciado por Greimas e Courtés — exclui-se a invocação ou existência de referentes externos, como nos recorda Diana Barros (2022). Essa não é a posição adoptada neste texto, onde se cruzam referentes internos e externos aos discursos.

Como nos poderemos colocar na demanda da verdade em relação a um acontecimento histórico? Este é da ordem da intersubjectividade, não é o mesmo que olhar para um rio e dizer que existe. Não conheço melhor critério do que aquele que Heidegger (1961) foi discutindo, depurando e criticando, ainda assim arrumando-o na fórmula das traves da consistência interna e da adequação aos factos, herdadas da escolástica: *veritas est adequatio rei et intellectus*, na concepção da correspondência entre algo e o seu conceito ou inteligibilidade.

A ciência é de compleição positivista e reducionista, utilizando o critério da navalha de Occam, algo que a filosofia e a poesia podem dispensar, colocando-se além. René Thom, matemático e medalha Fields — um autor principal numa das escolas francesas de semiótica, dita da morfogénese — enunciava que a ciência visa a redução do arbitrário.

A ciência positivista tem um paradigma esclarecedor modelizado num teste de hipóteses na concepção de Neyman-Pearson[7], no caso estatístico, mas que podemos adaptar para um enunciado verbal ou pictórico, salvaguardando as diferenças. Temos duas hipóteses mutuamente exclusivas, a hipótese nula na forma afirmativa, seja 'X é V', e a hipótese alternativa obtida por negação daquela, portanto 'X não é V"; e só rejeitamos a hipótese nula, então aceitando a alternativa, quando a evidência contra 'X é V' é suficientemente forte. Em métodos quantitativos — que aqui não podemos aplicar com critério, apenas como modelo hermenêutico — observada uma amostra adequada, calculam-se as estatísticas do teste correspondente e depois a probabilidade de se observarem aqueles valores das estatísticas (ou mais extremos) *se* a hipótese nula é verdadeira; quando o valor obtido da probabilidade calculada é muito baixo (usualmente abaixo de 0,05) considera-se que existe evidência suficiente contra a hipótese nula, assim rejeitando-a e adoptando a alternativa. Recorde-se que probabilidade é uma medida de verosimilhança de um acontecimento (e.g., Casquilho, 2013b).

Trata-se afinal de partir da "presunção de inocência" aplicada a uma fonte, documental, pictórica, etc, que pode ser estendida à interpretação de um conjunto de fontes e à sua articulação numa hipótese complexa, e a sua veracidade será negada apenas se existir forte evidência em sentido contrário obtida a partir de outras fontes, informações e da lógica. Aqueles que em face de um documento ou informação de qualquer tipo, dizem que é falso sem comprovar claramente, não são positivistas zelosos mas sim negativistas (ou negacionistas) usualmente por preconceito, ainda que de boa-fé.

O positivismo lida mal com o sigilo, porque exigir evidência expressa de assunto sigiloso é negar a sua própria natureza. No limite, a ciência — entendida como positivismo estrito ou "dogmático" — é incapaz de reconhecer o assunto sigiloso se este for bem conseguido, pois fica fora do seu alcance por limitação metodológica: falta de evidência clara.

No entanto, o sigilo frequentemente deixa um rastro, um fumo ou um olor, ainda que ténue e difuso, que serve de pista, e que, encadeado com outros elementos extrínsecos, pode levar à solução.

No quadrado veridictório, o secreto é o domínio de algo que existindo, ou sendo verdadeiro, não parece sê-lo (e.g., Casquilho, 2013a) e o não parecer sê-lo é exactamente a ausência de evidência clara. Não

[7] https://en.wikipedia.org/wiki/Neyman%E2%80%93Pearson_lemma

obstante, não existe apenas o positivismo "dogmático", também existe algo que podemos nomear como positivismo flexível — ainda que musculado — que exige evidência e a sua articulação de forma não contraditória, mas que é permeável à inclusão de disposições implícitas. Como acontece na doutrina jurídica — seja por exemplo a substituição vulgar tácita — e na matemática, em que se pode exemplificar um caso com o teorema das funções implícitas.

D. Afonso V lidava com o sigilo, como é próprio da política. Por exemplo, Rui de Pina diz-nos (Earle, 224, p. 460), relativo ao ano de 1464: "*Tanto que el-rei despachou suas cousas em Cepta, (...) se foi a Elvas, e d'hi, com alguns senhores e fidalgos escolhidos*, secretamente *se foi em romaria a Sª Maria de Guadalupe*". Aqui, o "secretamente" parece mais relacionado com ir depois encontrar-se com o rei Henrique IV de Castela e com sua irmã a rainha d. Joana, falar sobre alianças e casamentos.

Seja a seguinte passagem: a propósito da solicitação feita a d. Pedro — ex-condestável do reino desde 1449 e filho do infante regente d. Pedro — para ocupar o trono de Aragão mediante o impasse sucessório que por lá se vivia, cuja entronização se materializou no período 1464-66, como nos diz Rui de Pina (Earle, 2024, p. 441):

> E, porém, começou el-rei de dilatar a D. Pedro o tempo da dita licença, com fundamento de se querer ainda dele servir naquela vinda, a que viera de gentes e armas mui bem corregido; de que D. Pedro tomava grande paixão, especialmente porque el-rei aparelhava ver-se com el-rei D. Anrique, de que receava que sua ida em Aragão, sendo revelada, receberia total embargo e, com ele, manifesta queda de tamanha honra como parecia que se lhe aparelhava.
>
> E ũa noite, querendo D. Pedro falar a el-rei sobre sua partida, presomindo el-rei a causa porque seria, se escusou de o ouvir, remetendo-o pera outro dia. Pola qual, D. Pedro logo aquela noite – porque os patrões jamais não queriam esperar – se meteu nas galés e se foi com eles, e a el-rei leixou, per escrito, a causa porque assi se partira, e a leal tenção que levava pera sempre o servir.

Portanto, el-rei Afonso V aparentemente contrariava, ou pelo menos procurava atrasar (dilatar), a partida de d. Pedro para a Catalunha, tanto que este partiu sem licença expressa do rei, pelo que se lê. No entanto, Baquero Moreno e Isabel Freitas dizem-nos (Moreno & Freitas, 2006, p. 68): "*A possibilidade de d. Pedro surgir como candidato à ocupação do condado de Barcelona em 1463, agrada a d. Afonso V que encontra uma forma mais explícita de entrar no Mediterrâneo*". E ainda: "*Neste prisma, o encontro de d. Afonso V com Henrique IV em Gibraltar em 1464 teria, provavelmente, como ponto fundamental a colocação de d. Pedro nos negócios da Catalunha e o seu casamento com d. Isabel, irmã de Henrique IV, e não o casamento de d. Afonso V como os cronistas referem na versão oficial*." (idem, p. 69).

O padre agostiniano fr. Jerónimo Román (y Zamora) é a principal fonte detalhada sobre a Ordem da Espada, publicada nas suas *Republicas del Mundo* na edição de 1595 (também dita de 1594). Lamentavelmente — e como se pode reler na citação de abertura deste texto — fr. Jerónimo foi coevo de outro homónimo, no caso o jesuíta fr. Jerónimo Román de la Higuera, esse sim considerado autor de falsas crónicas (e.g. Risco, 2020). E essa contaminação dos nomes deixou rasto, possivelmente na interpretação feita por Pedro de Azevedo, ou assim se poderia pensar. No entanto, tive a sorte de alguém me fazer chegar o texto de Pedro de Azevedo[8], de que falarei detalhadamente mais adiante.

Só conhecia citações relativas a essa publicação de Pedro de Azevedo intitulada "D. Afonso V e a Ordem da Torre e Espada", nomeadamente as de Isabel Vaz de Freitas — no que considero ser uma reflexão aprofundada — onde salva a existência da Ordem da Espada no contexto das congéneres europeias, apesar de que a sua instituição em 1459 ou 1460 ser algo obscura; como a autora diz, "permanece em

[8] Agradeço a Iúri Fernandes a gentileza.

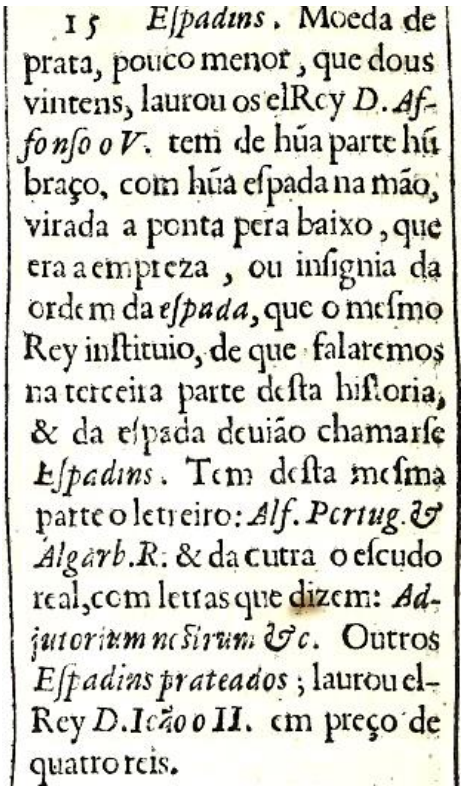
silêncio pela falta de documentação que permita elucidar sobre alguma nebulosidade que paira sobre a sua fundação e organização" (Freitas, 2009, p. 409). Como seria próprio de uma instituição sigilosa, acrescento.

Não obstante, no caso da Ordem da Espada diria que há evidência mais do que suficiente para reconhecê-la e — pasme-se! — o políptico de São Vicente é a prova.

A Mão de Deus

Falando com o Gemini[9] (abreviadamente, Gi) a propósito da Ordem da Espada, Gi mencionou algo como "e ainda A Mão de Deus" em azul com hiperligação, e eu cliquei. Vai daí fui parar a um texto[10] de Iúri Fernandes (2022) — autor que não conheço pessoalmente, como aliás todos os que vou citando — que descarreguei e li (e ainda releio, porque tem muita informação em notas de rodapé), vendo logo na capa algo que eu reconheci como a silhueta de um *espadim*, moeda de prata que d. Afonso V mandou cunhar.

O autor mais referido que mencionou a moeda numa publicação portuguesa foi o arcebispo metropolitano de Lisboa d. Rodrigo da Cunha em 1642 (p. 103v), escrevendo que el-rei d. Afonso V lavrou uma moeda de prata chamada *espadins* que tem de uma parte um braço com uma espada na mão, com a ponta virada para baixo, que era a empresa ou insígnia da Ordem da Espada, que o mesmo rei instituiu.



15 *Espadins*. Moeda de prata, pouco menor, que dous vintens, laurou os elRey *D. Afonso o V.* tem de hũa parte hũ braço, com hũa espada na mão, virada a ponta pera baixo, que era a empreza, ou insignia da ordem da *espada*, que o mesmo Rey instituio, de que falaremos na terceira parte desta historia, & da espada deuião chamarse *Espadins*. Tem desta mesma parte o letreiro: *Alf. Portug. & Algarb. R.* & da outra o escudo real, com letras que dizem: *Adjutorium nostrum &c.* Outros *Espadins prateados*; laurou el-Rey *D. Iõão o II.* em preço de quatro reis.

Curiosamente, é ao mesmo d. Rodrigo da Cunha que devemos a descrição minuciosa do retábulo de São Vicente na Sé de Lisboa (onde aliás podemos ler que nada do que ele escreve identifica a integração do políptico do mesmo santo no retábulo da Sé). Observe-se na imagem do texto de d. Rodrigo, que ele propõe-se falar da Ordem da Espada "na terceira parte desta história", que não terá sido publicada pelo que nos diz Pedro de Azevedo (1919/1920, p. 642).

[9] Aproveitando aqui para agradecer poder ter um interlocutor LLM que escreve com uma qualidade notável, nos dá informação e também comete erros factuais que nos obrigam a confirmar as fontes, o que aliás é louvável.

[10] Creio que será um projecto de livro, pois ainda não tem índice, tem secções em branco e não tem numeração de páginas; esclarece-se que quando se mencionar neste texto o nº de página, é a página do documento pdf e não do livro propriamente dito.

O motivo de "A Mão de Deus" já se expressava em uma das empresas atribuídas a d. João I, que Caetano de Sousa ilustra[11], conjuntamente com o mote que lhe estaria associado: "*acuit ut penetret*" (Sousa, 1736, p. 66). No caso não parece haver dúvidas, uma mão provinda de uma nuvem segurando uma espada que penetra na rocha, só poderia vir de Deus.



Regressando à moeda, tem-se Manuel Severim de Faria publicado em 1655 (pp. 182-83) — no entanto, e conforme se poderá ver, afirma-se que a obra foi concluída em 1622 embora só publicada depois[12] — onde apresenta o esboço que se segue, e refere que esta moeda mandou lavrar el-rei d. Afonso V em memória da Ordem da Espada, que instituiu para a conquista de Fez, pois na mais alta torre se dizia que estava uma espada engastada por um antigo astrólogo dos mouros, com prognóstico de quem pelo valor das armas dali a tirasse havia de ser senhor do mundo.



Aprendi com Iúri Fernandes que a mão (direita) que segura a espada se deve interpretar como a Mão de Deus, e reconheço que faz sentido. Segurar a espada pela lâmina nua abaixo das guardas é sobre-humano, e tem o efeito, de para além de ostentar a espada convertê-la em cruz. Apesar de a etimologia poder ser outra, em língua portuguesa é muito apelativo — e, dir-se-ia, mesmo inevitável — fazer a leitura integrada ou fundida: cruz+espada=cruzada. Aliás, observe-se que Moreno e Freitas (2006, p. 168), referindo-se à espantosa vitória de d. Afonso V em Arzila e Tânger no ano de 1471, dizem, ainda que alegoricamente: " A mão de Deus ou de São Vicente teriam interferido na conquista".

Ainda, aprendi também com o autor que, numa época em que o povo em geral seria iletrado, as moedas, com os signos e letreiros associados, consistiam os veículos principais para transmitir mensagens reais, nomeadamente em moedas de valia baixa a moderada que correriam em transacções frequentes. Um

[11] Embora esta empresa de d. João I seja considerada secundária ou discutível, encontra-se referenciada por exemplo, em Saul Gomes et al (2018/2019).
[12] https://www.infopedia.pt/artigos/$manuel-severim-de-faria

espadim estava equiparado a quatro *reais brancos*. Também Metelo de Seixas (2015, p. 93), afirma que a moeda era instrumento privilegiado de afirmação do poder e de propaganda real pela sua natureza de símbolo de soberania, mormente em Portugal onde o rei, ao contrário da maioria dos soberanos medievais, detinha o exclusivo de cunhar moeda (*jus monetae*).

Portanto, pode dizer-se que colocando a mão com espada no anverso — o que Iúri Fernandes (2022) considera ser uma singularidade estética na monotonia tradicional das moedas da época e uma indicação da transição para o Renascimento — acompanhada no letreiro com o nome do rei pela graça de Deus, enquanto no reverso tem o escudo de armas mas não coroado, pode induzir polémica, e esta seria um catalisador de conversa e discussão entre gentes visando esclarecimento, aumentando a eficácia pragmática da mensagem.

Os letreiros variam um pouco, nomeadamente entre as oficinas de cunhagem de Lisboa e do Porto com abreviaturas difíceis e elisões, mas o leitor interessado poderá consultar a obra de Iúri Fernandes (2022) e as várias hipóteses que ele discute. Os mais claros parecem ser, no anverso *Alphonsus Dei gratia Rex Po(rtugal)* e no reverso *Adjuditorium nostrum i(n) nomine D(omini)* [Nossa ajuda está no nome do Senhor]. O "A" gótico (ou talvez alfa) ao lado da mão no anverso poderá significar África? Significar "Afonso" parece desnecessário quando o rei tem na mesma face o nome escrito no letreiro da moeda, a não ser que fosse para enfatizar que é a d. Afonso V que está atribuída a incumbência de cumprir a missão simbolizada pela mão de Deus.

E portanto, dir-se-ia que o rei quis fazer passar a mensagem: vem aí "cruzada" por comando divino — em que ele d. Afonso V prontifica-se para obedecer ao comando como condestável ou general de Deus — e alerta o povo, até porque expedições militares custam mobilização de homens e dinheiro.

É bem conhecido que Afonso V recebeu a bula de cruzada de Calisto III em 1456 (ou 1457, dependendo das fontes), trazida bispo de Silves d. Álvaro Afonso — instituído *legado a latere* pelo Papa — e a propósito fez cunhar o *cruzado*, uma moeda pristina de ouro, onde o rei mandou 'colocar mais dois grãos no peso e não no preço' por forma a criar um instrumento monetário com vantagem competitiva sobre o ducado de Veneza. Mas essa era uma moeda para elites e representação internacional, não para o povo em geral. E o escudo de armas mostra-se coroado, como se vê seguidamente.[13] Aqui, el-rei assume a plena autoridade. Ademais, os florões laterais da coroa, intersectando a moldura circular, criam um arco imperial encimado pela cruz.



Na sua obra, Moreno e Freitas (2009, pp 128-129) fazem-nos um relato de cortes sucessivas que ocorreram no período de 1451 a 1460, sempre destinadas a lançar impostos e pedidos de financiamento aos três estados do reino, que aliás, ao nível do que comummente designamos de povo — e que nos tempo seriam os "mantedores" — se mostrava depauperado ou mesmo exaurido de homens e recursos financeiros.

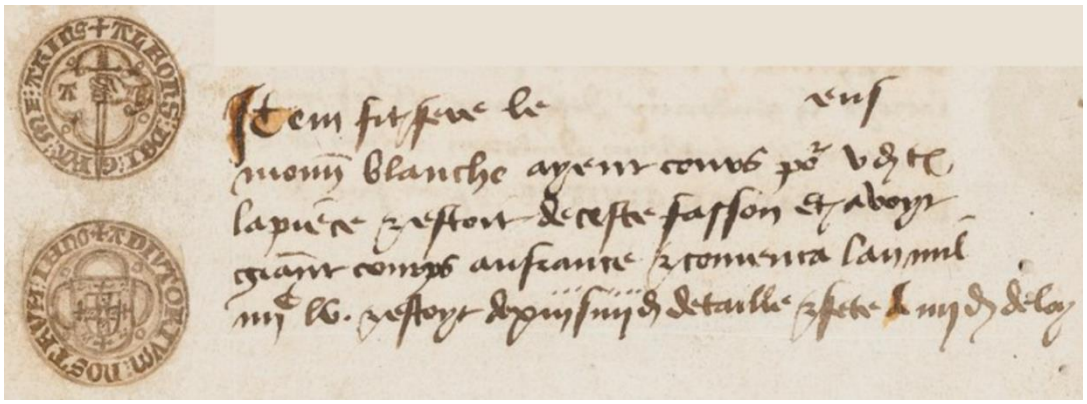
[13] https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Cruzade_d%27Alphonse_V_dit_l%27africain.jpg

Em Abril de 1451, em Santarém, o soberano pede um imposto extra para custear as despesas do casamento de d. Leonor, sua irmã, com o imperador Frederico III. Em Março de 1455, as cortes reunidas em Lisboa eram destinadas a lançar um novo imposto, desta feita para custear os gastos no casamento de d. Joana, irmã de Afonso V, com o rei Henrique IV de Castela. Novamente em Lisboa, em Junho de 1456, nas cortes há muitas queixas e protestos que anunciavam a crise e o desespero da população pelos constantes pedidos que recaíam sobre os municípios, mas não obstante o rei apresenta um pedido de financiamento derivado da bula de cruzada, iniciando os procedimentos para recolha de moeda e de homens para suportar a guerra. As cortes reunidas em Lisboa em 1459, voltam a expressar os problemas resultantes dos inúmeros pedidos extraordinários, agora com o agravamento da situação por via da conquista e necessidades de defesa de Alcácer-Ceguer, a juntar ao sorvedouro que já era Ceuta. Novas cortes reúnem-se em Évora em 1460, de que falaremos adiante.

Um espadim de 1455?

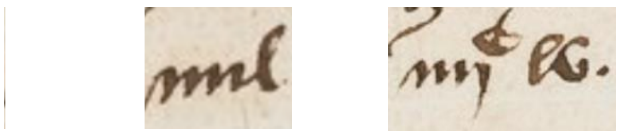
O texto

Iúri Fernandes (2022, p. 4 e outras) refere-nos um espadim que terá sido cunhado em 1455, de acordo com o reporte a partir de um livro de um cambista francês, de que aliás nos fornece a imagem seguinte (p. 91).

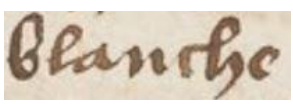


Não há dúvida, pelo esboço, de que se trata de um espadim, que aliás no letreiro do anverso, além do nome do rei tem a palavra "AFRINS" (?) onde o F e o R estão juntos e misturados. Quanto à leitura da data no texto — em que o autor se apoiou em especialistas — vem a seguinte interpretação, colocada por cima das imagens:

mil *IIII c* *lb*

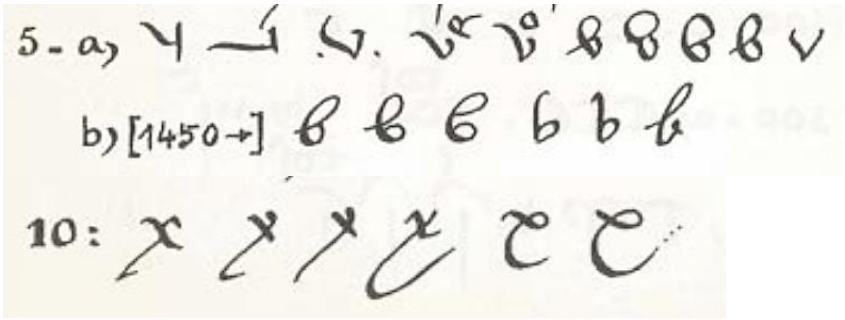


E tal é pacífico para mim, excepto uma dúvida sobre o "lb". Explico-me melhor: três linhas acima, tem escrita a palavra "blanche":



E o "b" é diferente daquele que é interpretado para o "lb", onde aqui parece mais um "G", enquanto o "l" mantém-se igual. Vendo as abreviaturas paleográficas de Borges Nunes (1981, p. 117), no caso

especificamente para os números romanos “5” (notando que em princípio deve observar-se os posteriores a 1450) e “10” tem-se o seguinte:



Fico na dúvida se o “b”, que parece um “G”, será um “5” ou um dos gatafunhos que representam “10” colado com o “l” nomeadamente os da direita que deixam a extremidade inferior aberta; a questão para mim será sobretudo por que razão o autor não terá replicado o seu outro “b”. No entanto, considero admissível a interpretação “lb”, mas também não descarto “lx” por conta dos gatafunhos e do contexto.

O contexto

No contexto internacional, a hipótese do espadim de 1455 mostra-se plausível. É por demais sabido que em 1453 Constantinopla foi conquistada pelo Império Otomano pela mão de Mohamed II, e dizem-nos Moreno e Freitas (2006, p. 48), a propósito do apelo de Nicolau V à cruzada: “*Pouco a pouco os príncipes europeus vão aderir a este chamado, embora sem grande êxito. Em 1454 o duque de Borgonha e muitos cavaleiros a seu serviço juram combater o infiel. Neste ano as cidades de Veneza e de Génova assinam um acordo com Mohamed II pelo qual desistiram de participar na cruzada, em troca de benefícios comerciais. Em 1455 Frederico III e Afonso V de Aragão tomam a cruz da guerra santa, e Carlos VII de França compromete-se a tomar parte na cruzada.*”

Portanto, com este panorama internacional, não seria estranho que o monarca português decidisse manifestar a sua intenção de participar na cruzada cunhando uma moeda apropriada em 1455. É dito que, junto com sua tia a duquesa Isabel de Borgonha, era dos maiores entusiastas da cruzada entre os príncipes europeus. Mas, o *espadim* de prata, sem escudo coroado, para moeda de representação internacional dos desígnios do rei parece pouco provável, ao contrário do *cruzado*, mas este é de 1457 como se sabe.

Já no panorama nacional a questão tem mais que se lhe diga. É certo que logo em Janeiro de 1455 o Papa Nicolau V emite a bula *Romanus Pontifex* que Charles Boxer (1977, p. 21) denomina o alvará [“charter”] do imperialismo português, o que poderia constituir motivo de celebração e eventual declaração bélica. Em 1455, como foi mencionado antes, as cortes reunidas em Lisboa eram destinadas a lançar um novo imposto para custear os gastos no casamento de d. Joana, irmã de Afonso V, com o rei Henrique IV de Castela, o que também é referido por Nascimento (2010), que ainda acrescenta a aclamação do pequenito d. João como príncipe herdeiro do reino de Portugal. Não sei se serão as mesmas cortes ou sucessivas.

Em 3 de Maio nasceu o infante d. João, e, pouco mais de um mês depois, em 25 de Junho, é realizada a cerimónia de grande monta onde os três estados do reino prestam juramento de lealdade e reconhecimento de que este, ainda bebé, é o príncipe herdeiro do reino (v. Casquilho, 2026); observe-se que é nesse momento que o infante d. Fernando, irmão do rei, deixa de estar indigitado príncipe herdeiro, porque assim estava antes de o rei ter legítimo filho e herdeiro, por precaução sucessória. Trata-se portanto sobretudo de um momento de celebração.

Cerca de um mês depois, em 20 de Julho desse ano, o rei emite uma carta de perdão e amnistia aos que se encontravam do lado do infante d. Pedro em Alfarrobeira, incluindo os descendentes do infante expatriados e muitos outros, que não são nomeados em extensão mas em intensão, onde el-rei manda cassar e destruir as disposições que antes tinha tomado contra eles. É um tempo de apaziguamento. E assim prossegue: em Outubro de 1455 tem-se a cerimónia de trasladação dos restos mortais de d. Pedro para a Batalha, continuando a etapa de redenção.

Em Dezembro chega a tristeza com o falecimento da rainha Isabel de Coimbra em Évora, possivelmente de hemorragias causadas por um parto prematuro, ou então de peçonha como Rui de Pina e outros deixam a suspeita. Vem um tempo de luto.

Então não parece ser provável que num tempo de celebração e de redenção no reino, e depois de luto, o rei se empenhe em fazer passar a mensagem de cruzada, por via do *espadim*, junto do povo. Parece sim provável que o rei só tenha procedido à cunhagem de *espadins* depois de receber a bula de cruzada de Calisto III, pela mão do bispo de Silves, ou em 1456 ou em 1457 como nos diz Rui de Pina. Ainda, Moreno e Freitas (2006, p. 180) contam-nos que em 1456 há documentação que comprova a importação para Portugal de ouro, prata e cobre, realizada por navios da Hansa, bem como a presença de ourives alemães no país.

Finalmente, mesmo que se considere a menção de 1455 escrita no texto, trata-se de um cambista francês que decerto terá sido informado em relação à data, por ouvir dizer. Vê-se que conhecia a moeda pois que apresenta o esboço, mas a moeda não tem data e poderiam ter-lhe dito algo como "a década 1450-60" e ele teria escolhido o ponto mediano, por exemplo. A fiabilidade de um cambista, na época, em relação à datação de moedas de outro país é presumivelmente menor do que em relação às moedas do seu próprio país.

E também: por que razão d. Rodrigo da Cunha — um homem bem informado e cioso do legado da sua imagem para a posteridade — bem como Severim de Faria que aliás se terá adiantado, iriam falsificar a história do *espadim* reportado à Ordem da Espada? Não vejo nem evidência para tal nem nenhuma outra razão, a não ser a tese de Pedro de Azevedo de que a Ordem da Espada foi uma ficção de fr. Jerónimo Román, que discutiremos depois.

As cortes de 1460

Lopes Fernandes (1856, p. 94) diz-nos: que o alvará de 22 de Agosto de 1460 ordena que ninguém compra ou venda *dobras de banda* por maior preço que 57 *espadins* e meio, que fazem 230 *reais brancos*, e desta forma serão pagos por quaisquer outras moedas, valendo o marco de prata 375 *espadins* que a 4 *reais* cada um fazem 1500 *reais brancos*. (Livro das Vereações da Câmara do Porto do ano de 1460).

Portanto em 1460 já circulavam espadins, e porventura dos primeiros porque estão a ser utilizados para fixar conversões com outras moedas correntes. Metelo de Seixas (2020, p. 167) refere que o *espadim* surgira por volta de 1458-60, sendo produzido nas casas da moeda de Lisboa e Porto.

Aliás, poderá ser interessante cotejar a citação seguinte[14], extraída da crónica de Rui de Pina (Earle, 2024, p. 424), relativa à concessão pelas cortes[15] de 150 mil dobras de ouro a el-rei em 1460. Recorde-se que a menção a *espadins* atrás referida, também se reporta a essa data.

[14] Observe-se, no entanto que Judite Freitas (2015, p. 5), faz remontar o pedido de 150000 dobras de ouro a 1457, conforme carta enviada aos procuradores que menciona, onde o rei também invoca a conservação das terras em África.

E neste ano de 1460,

> *lastimado o reino todo das grandes e apetitosas despesas que el-rei fazia, de que sua fazenda e as de seus vassalos sem causa necessárea se destroíam, em ũas cortes que em Lisboa sobr'isso se fezeram, lhe pediram que as temperasse, e quisesse ter mão mais firme nas cousas da coroa, com que sostevesse seu estado, como seus antecessores faziam, e não as dar com tanta soltura e sem necessidade como dava, e que se contentasse arrecadar dos vassalos os antigos e velhos dereitos, e não agravar seu povo com novos pedidos e imposições. E pera o melhor poder fazer, lh'outorgaram 150.000 dobras d'ouro com que desempenhasse e pagasse as rendas da coroa que por tenças e por casamentos ou por outras dívidas e obrigações tevesse dadas, com juramento que fez de nunca as mais dar.*

Moreno e Freitas (2006, p. 129) comentam estas cortes com alguma profundidade. Dizem-nos que é relatada a oposição que os concelhos do reino moviam contra o projecto de avançar em força sobre Marrocos. O montante de financiamento solicitado pelo rei equivalia a três pedidos e meio, pagos em três prestações durante três anos, e neste contexto determinou Afonso V passar a Ceuta e a partir desta praça avançar sobre Fez, no que foi impedido por uma febre inesperada que deixou o soberano entre a vida e a morte.

Lá está: Fez! – o desígnio da lenda que servia de móbil para a instituição da Ordem da Espada. E essa lenda existia realmente coeva entre os portugueses, como se mostra na carta que o 2º duque de Bragança, d. Fernando, escreveu em 1468 ao monarca[16], transcrita por Pinto (2018), onde, embora o assunto dominante seja Castela e o eventual casamento de d. Afonso V com a infanta, o duque respondendo a uma carta do rei esboça uns requisitos, rematando como se segue (sublinhado meu):

> *Esta carta mandai por em Lisboa na torre do Tombo, porque isto hê o que mostra o entendimento dos homens que deue ser: e se Deos tem al ordenado, não somente auereis o reyno de Castella, mas conquistareis o de Grada, e tirareis a espada de Fez, e conquistareis todo o mundo, e hũa, ou outra não deixareis de obrar. Feita em Villa viçosa a.19.de Outubro.de.1468.*

Fica portanto desvendado que a lenda fundadora da Ordem da Espada existia, e era falada entre os maiores do reino na década de 1460.

Ordem da Banda

Tem alguma relevância a menção de Lopes Fernandes antes referida a "dobras de banda", porque se trata de uma moeda de ouro de Castela inicialmente mandada cunhar pelo rei Afonso XI para comemorar a instituição da Ordem de Banda em 1332 — ano da sua investidura como cavaleiro e coroação como rei — considerada uma precursora das ordens de cavalaria laicas (ou seculares e políticas) na Europa, em que o fundamento principal era a "lealdade ao rei" (Pisnitchenko, 2023), pois todos os membros da ordem ao ingressarem tornavam-se automaticamente vassalos do rei, um valor maior na turbulência política de Castela da época. A autora cita o ritual, sem precedentes, da investidura do rei Afonso XI como cavaleiro

[15] Aparentemente Rui de Pina enganou-se ao dizer cortes em Lisboa pois terão ocorrido antes em Évora. Lê-se no arquivo Municipal de Lisboa: 1460, Dezembro, 19, Évora – D. Afonso V estabelece as condições para o pagamento de um serviço de 150 000 dobras solicitado nas cortes de Lisboa e de Évora. Nascimento (2011, p. 107), diz-nos que as cortes foram inicialmente convocadas para Lisboa e transferidas para Évora.

[16] Códice 1598 (ff. 57-58v), pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal. Agradeço a Iúri Fernandes a gentileza de ma ter feito conhecer.

em Santiago de Compostela, figurativamente pelo próprio Apóstolo que dispunha de braço mecânico, (idem, p. 751):

> Armado, aproxima-se da estátua do Apóstolo e recebeu deste a *pescozada* no rosto, ao que o cronista imediatamente escreve: *desta guisa rescibió caballeria este rey Don Alfonso del Apóstolo Sanctiago*.

Ainda refere (idem, p. 754) o seguinte (sublinhado meu): "os regulamentos também enfatizam que os cavaleiros devem manter em segredo as leis pelas quais são governados, realçando assim sua condição de grupo exclusivo e separado liderado pelo rei: *Dizemos que quando o Rei estiver em campanha, todos os Cavaleiros de la Banda, seus vassalos, devem se reunir em formação e ir juntos para combater ou para qualquer outro lugar que o Rei ordenar...*(LOB XIV) "[17].

Portanto, el-rei Afonso V de Portugal não foi inovador ao instituir uma ordem de cavalaria também secular, política e sigilosa — no caso a Ordem da Espada — podendo dizer-se que seguiu o precedente da Ordem da Banda de Castela que o antecedeu em quase século e meio, embora tenha sido original ao vinculá-la a África.

Pedro de Azevedo e a Ordem da Espada

Pode-se consultar o currículo abreviado de Pedro de Azevedo, por exemplo aqui[18] ou no *Archeevo*[19], sendo considerado um historiador da escola de feição romântica que ocupou cargos notáveis, incluindo o de director interino da Biblioteca Nacional desde 1927 até ao seu decesso em 1928, e ainda lugares de relevo na Academia das Ciências de Lisboa e na Torre do Tombo.

O historiador e paleógrafo oferece-nos um texto de mais de cem páginas, das quais apresenta uma reflexão pessoal e inicial — que consiste em seis páginas e mais um pouco — a que se segue um trabalho notável de transcrição de todas as referências que ele encontrou e que de alguma maneira se relacionam com a Ordem da Espada, que preenche o longo remanescente do texto.

Agora que conheço a obra de Pedro de Azevedo sobre este assunto (doravante também PdA, pelas muitas vezes que o mencionarei), entendo melhor a escola da denegação da Ordem da Espada que nele radica, e que, em minha opinião — para além da falta de documentação nos arquivos do reino, como seria próprio de uma instituição sigilosa — advém de um preconceito ideológico que enviesa uma abordagem imparcial.

Por exemplo, diz-nos PdA (p. 635):

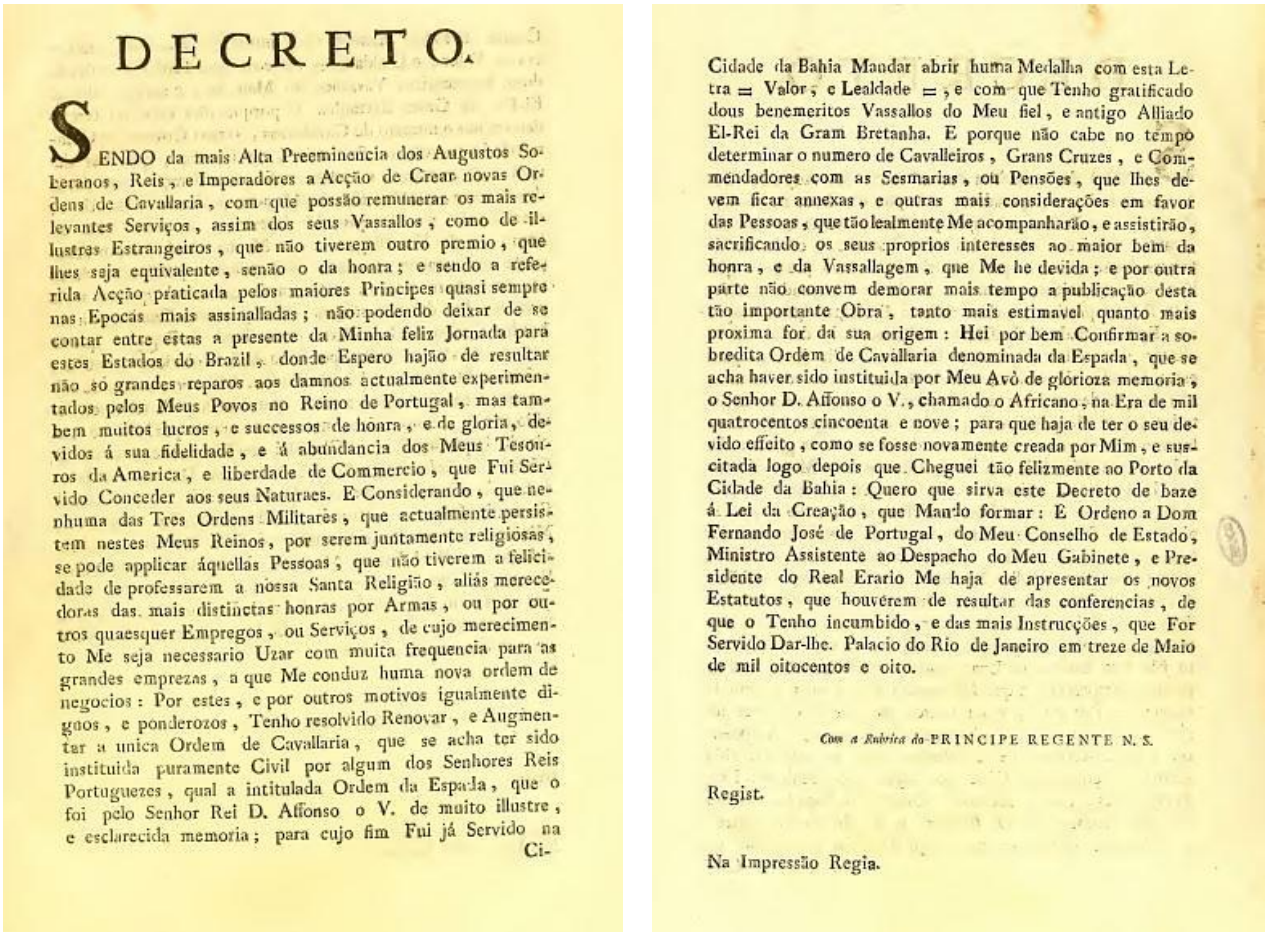
> *A não se dar êsse facto a instituição da Ordem da Torre e Espada, bem como outras de iniciativa do govêrno de D. João VI, teria sido impossível.*
> *É todavia deplorável, que o motivo, que deu origem à criação dessa Ordem, fôsse o da chegada do govêrno português à América, data ominosa nos anais da nossa história, porque dessa trasladação nasceram as dificuldades que ainda hoje torturam Portugal.*

Portanto deduz-se que PdA considera que a iniciativa da família real de embarcar para o Brasil e governar Portugal a partir do Rio de Janeiro, incorre numa "data ominosa da nossa história" — leia-se funesta, sinistra ou abominável. O autor tem direito à sua opinião, assim como outros à opinião diversa e até contrária, em que a ida — mesmo sendo considerada uma fuga — da família real para o Brasil, impediu

[17] LOB: Livro da Ordem da Banda, sendo dito que foi escrito pelo próprio rei.
[18] https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_azevedo_pedro.htm
[19] https://arquivo.acad-ciencias.pt/authorities/20112

Napoleão de concretizar a notícia que mandou imprimir em 11 de Novembro de 1807 dizendo que 'a Casa de Bragança cessou de reinar'. Tal derivava do Tratado de Fontainebleau de 27 de Outubro do mesmo ano, assinado entre a França e a Espanha, onde se definia a repartição de Portugal em três partes, ficando o imperador com a parte central, o rei da Etrúria com o norte, sendo renomeado rei da Lusitânia Setentrional, e Manuel Godoy — o "favorito" da rainha Maria Luísa de Parma — com o Alentejo e Algarve (e.g., Geraldo, 2008).

Ainda, PdA só cita a lei de 29 de Novembro de 1808 que nomeia a Ordem da Torre e Espada, e não o decreto que a antecedeu emitido no aniversário do Príncipe Regente a 13 de Maio do mesmo ano e que coloco aqui [20]:



DECRETO.

SENDO da mais Alta Preeminencia dos Augustos Soberanos, Reis, e Imperadores a Acção de Crear novas Ordens de Cavallaria, com que possão remunerar os mais relevantes Serviços, assim dos seus Vassallos, como de illustres Estrangeiros, que não tiverem outro premio, que lhes seja equivalente, senão o da honra; e sendo a referida Acção praticada pelos maiores Principes quasi sempre nas Epocas mais assinalladas; não podendo deixar de se contar entre estas a presente da Minha feliz Jornada para estes Estados do Brazil, donde Espero hajão de resultar não só grandes reparos aos damnos actualmente experimentados pelos Meus Povos no Reino de Portugal, mas tambem muitos lucros, e successos de honra, e de gloria, devidos á sua fidelidade, e á abundancia dos Meus Tesouros da America, e liberdade de Commercio, que Fui Servido Conceder aos seus Naturaes. E Considerando, que nenhuma das Tres Ordens Militares, que actualmente persistem nestes Meus Reinos, por serem juntamente religiosas, se pode applicar áquellas Pessoas, que não tiverem a felicidade de professarem a nossa Santa Religião, aliás merecedoras das mais distinctas honras por Armas, ou por outros quaesquer Empregos, ou Serviços, de cujo merecimento Me seja necessario Uzar com muita frequencia para as grandes emprezas, a que Me conduz huma nova ordem de negocios: Por estes, e por outros motivos igualmente dignos, e ponderozos, Tenho resolvido Renovar, e Augmentar a unica Ordem de Cavallaria, que se acha ter sido instituida puramente Civil por algum dos Senhores Reis Portuguezes, qual a intitulada Ordem da Espada, que o foi pelo Senhor Rei D. Affonso o V. de muito illustre, e esclarecida memoria; para cujo fim Fui já Servido na Ci-

Cidade da Bahia Mandar abrir huma Medalha com esta Letra = Valor, e Lealdade =, e com que Tenho gratificado dous benemeritos Vassallos do Meu fiel, e antigo Alliado El-Rei da Gram Bretanha. E porque não cabe no tempo determinar o numero de Cavalleiros, Grans Cruzes, e Commendadores com as Sesmarias, ou Pensões, que lhes devem ficar annexas, e outras mais considerações em favor das Pessoas, que tão lealmente Me acompanharão, e assistirão, sacrificando os seus proprios interesses ao maior bem da honra, e da Vassallagem, que Me he devida; e por outra parte não convem demorar mais tempo a publicação desta tão importante Obra, tanto mais estimavel quanto mais proxima for da sua origem: Hei por bem Confirmar a sobredita Ordem de Cavallaria denominada da Espada, que se acha haver sido instituida por Meu Avô de glorioza memoria, o Senhor D. Affonso o V., chamado o Africano, na Era de mil quatrocentos cincoenta e nove; para que haja de ter o seu devido effeito, como se fosse novamente creada por Mim, e suscitada logo depois que Cheguei tão felizmente ao Porto da Cidade da Bahia: Quero que sirva este Decreto de baze á Lei da Creação, que Mando formar: E Ordeno a Dom Fernando José de Portugal, do Meu Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Meu Gabinete, e Presidente do Real Erario Me haja de apresentar os novos Estatutos, que houverem de resultar das conferencias, de que o Tenho incumbido, e das mais Instrucções, que For Servido Dar-lhe. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Regist.

Na Impressão Regia.

No decreto, pode-se ver que o Príncipe Regente nomeia a Ordem da Espada (e ainda não da Torre e Espada) — "a única ordem de Cavalaria que se acha ter sido instituída puramente civil por algum dos senhores reis portugueses" — mencionando também o rei d. Afonso V, o Africano, e o ano de 1459. Isto a propósito de já ter recompensado com medalhas dois dos ingleses que o acompanharam, vassalos do rei da Grã Bretanha, que presumivelmente seriam adeptos da religião Anglicana e não seria próprio receberem insígnias das ordens militares de Portugal vinculadas à religião Católica.

Ainda, repare-se que o Príncipe Regente d. João refere 'logo depois que cheguei tão felizmente no porto da cidade da Bahia'; mas falta elucidar: no dia 22 de Janeiro, dia de São Vicente, o santo duplamente figurado no políptico que é objecto destes textos que escrevo.

[20] https://archive.org/details/decretosendodama00port/page/n1/mode/2up

Regressando a Pedro de Azevedo, ele não é meigo com frei Jerónimo Román, dizendo, a propósito de referências à Ordem da Espada (pp 630-631):

> *A mais antiga notícia da Ordem é dada por João de Barros em 1552, sendo curioso que essa menção foi trazida para a questão só em 1881 pelo sr. Gama Barros. O mais antigo escritor até então citado e que poderia passar por autor da patranha era Fr. Jerónimo Roman em a* Republica del Mundo*, publicada em 1595.*

Temos então uma "patranha" eventualmente atribuível a Román, não fora ter sido mencionada antes por João de Barros. Ainda em relação àquele, diz PdA (p. 632):

> *Segundo Roman estava cravada numa torre de Fez uma espada, a qual na crença dos mouros, quando fosse retirada do seu logar por um príncipe, todo o império mauritano cairia em ruina. Tendo folheado as obras de Leão Africano e Mármol nada encontrei que pudesse originar essa lenda.*

E, no entanto, vimos antes na carta de d. Fernando, duque de Bragança escrita a d. Afonso V em 1468 (Pinto, 2018), que entre portugueses grandes do reino, a menção a essa lenda existia mesmo, como diz o duque referindo-se aos desígnios do rei: (…) tirar a espada de Fez e conquistar todo o mundo.

Também, PdA, aduzindo mais alguns argumentos que o leitor poderá consultar no texto, tira a seguinte conclusão (p. 634):

> *Segundo toda a probabilidade temos na nossa frente uma duplicidade de nomes para representar a mesma instituição, que ora era da* cavalleria de Señor Sanctiago del espada*, ora* Orden de la Espada de Sanctiago*, e ainda* abreviadamente Ordem da Espada*, como escreveu João de Barros. Escritores mal avisados pensaram que essas denominações correspondiam a Ordens diversas. A pretendida Ordem da Espada foi-se aformoseando com algumas lendas e factos mal compreendidos e havendo chegado o eco deles a Fr. Jerónimo, êste acolheo-os no seu livro.*

Resta-me dizer que Pedro de Azevedo acolheu ingenuamente a charada que d. Afonso V engendrou com uma anástrofe, o que só prova a inteligência do rei, que queria manter a Ordem da Espada laica, privativa e sigilosa, podendo eventualmente mobilizar recursos a partir da Ordem de Santiago (da Espada), governada por seu irmão.

Ainda, na sua investida, diz PdA (p. 632), a propósito do *espadim*:

> *Parece-me, que se fora intento do rei comemorar a criação da Ordem, êste não teria empregado um metal baixo* [cobre]*, nem a essa moeda teria sido dada o nome de* espadim*, mas sim de* espada.

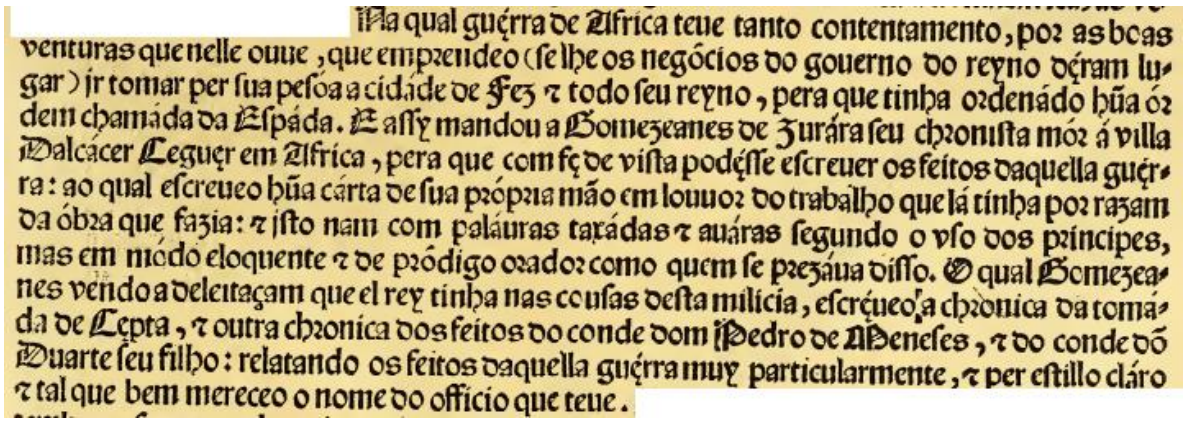
Em relação a essa deixa, acho que PdA perdeu por não ficar calado. Para já não refere que o *espadim* na época foi sobretudo, cunhado em prata, como vimos anteriormente nas transcrições, embora também em cobre como Severim de Faria menciona. Depois, o distinto professor de Diplomática, ignora a elegância eufónica do rei ao sugerir um nome associado, em vez de escarrapachado e aliás inadequado. Chamar "espada" a uma moeda?

Repare-se ainda que a lâmina do *espadim* atravessa a moldura circular e termina sem ponta, deixando em aberto a sua continuidade. Pena é PdA não ter apreciado a inteligência e beleza do conceito, que Iúri Fernandes reporta como uma singularidade estética.

João de Barros

Ainda, PdA não interpretou adequadamente as palavras de João de Barros — considerado um homem probo e um cronista fiável, alcunhado de Tito Lívio português — como se verá.

João de Barros, em 1552, referiu-se à Ordem da Espada, até se podendo concluir que o cronista da ordem era Gomes Eanes de Zurara, como se pode ver do excerto abaixo da Década I, na edição original (folha 23 do Livro Segundo), que se apresenta juntamente com uma transcrição do texto para auxiliar o leitor. Esta transcrição já consta no primeiro texto que escrevi sobre o assunto (Casquilho, 2025), e é idêntica à que PdA faz, a menos de uns acertos ortográficos e a minha um pouco menos extensa.



Na qual guérra de Alfrica teue tanto contentamento, por as boas venturas que nelle ouue, que empreendeo (se lhe os negócios do gouerno do reyno déram lugar) ir tomar per sua peſoa a cidáde de Fez ⁊ todo ſeu reyno, pera que tinha ordenádo hũa órdem chamáda da Eſpáda. E aſſy mandou a Gomezeanes de Zurára ſeu chroniſta móor á villa Dalcácer Leguer em Alfrica, pera que com fé de viſta podéſſe eſcreuer os feitos daquella guérra: ao qual eſcreueo hũa cárta de ſua próp̃ria mão em louuor do trabalho que lá tinha por razam da óbra que fazia: ⁊ iſto nam com palauras taxádas ⁊ auáras ſegundo o vſo dos príncipes, mas em módo eloquente ⁊ de pródigo orador como quem ſe prezáua diſſo. O qual Gomezeanes vendo a deleitaçam que el rey tinha nas couſas deſta milícia, eſcréueo a chrónica da tomáda de Ceptа, ⁊ outra chronica dos feitos do conde dom Pedro de Meneſes, ⁊ do conde dõ Duarte ſeu filho: relatando os feitos daquella guérra muy particularmente, ⁊ per eſtillo cláro ⁊ tal que bem mereceo o nome do officio que teue.

Na qual guerra de África teve tanto contentamento, por as boas venturas que nele houve, que empreendeu (se lhe os negócios do governo do reino deram lugar) ir tomar por sua pessoa a cidade de Fez e todo o seu reino, para que tinha ordenado uma ordem chamada da Espada. E assim mandou a Gomes Eanes de Zurara seu cronista mor à vila de Alcácer-Ceguer em África, para que com fé de vista pudesse escrever os feitos daquela guerra: ao qual escreveu uma carta de sua própria mão em louvor do trabalho que lá tinha por razão da obra que fazia; e isto, não por palavras taxadas e avaras segundo o uso dos príncipes, mas em modo eloquente e de pródigo orador como quem se prezava nisso. O qual Gomes Eanes vendo a deleitação que el-rei tinha nas coisas desta milícia, escreveu a crónica da tomada de Cepta [Ceuta], e outra crónica dos feitos do conde dom Pedro de Meneses, e do conde dom Duarte seu filho: relatando os feitos naquela guerra mui particularmente, e por estilo claro e tal que bem mereceu o nome do ofício que teve.

Tem-se uma imagem de João de Barros no livro de Manuel Severim de Faria sobre a vida e obra do cronista (Faria, 1778), sendo a autoria da gravura[21] atribuída a Manoel Carvalho, 1624.

[21] https://en.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Barros#/media/File:Joannes_de_Barros_rerum_Indicarum_clariss._scriptor_(Manoel_Carvalho,_1624)_-_John_Carter_Brown_Library.png



Portanto, PdA considera que a menção de João de Barros "*para que tinha ordenado uma ordem chamada da Espada*" encaixa na sua interpretação de que a Ordem da Espada seria a mesma instituição da Ordem de Santiago, sendo talvez um ramo ou secção desta — o que considero inverosímil de todo, pois ordenar uma ordem indica criá-la — quando o cronista é bem claro na enunciação, ainda por cima sendo um pioneiro da gramática da língua portuguesa (1539) e, na juventude, autor de um livro imbuído dos ideais de cavalaria.

E João de Barros, treinado desde pequeno na corte e na aprendizagem de latim, algum grego e outras habilidades, presumido capitão da fortaleza de S. Jorge da Mina[22] (talvez por um período entre 1522 e 1525) rigoroso e bem informado pelos muitos anos que foi tesoureiro (desde 1525 até 1528) e depois, desde 1533, feitor da Casa da Mina e da Índia — sendo o percurso interrompido pela nomeação para a capitania hereditária do Maranhão (1534) com o conhecido naufrágio subsequente e regresso ao reino — retomando o lugar de feitor até 1568, estaria muito bem colocado para conhecer os meandros do império, incluindo aspectos sigilosos que, na altura em que escreve, já não seriam relevantes de observar. Por exemplo, João de Barros é mencionado enquanto aquele que possui credibilidade em função de sua reconhecida autoridade e rectidão moral (Panegassi, 2014, p. 189).

Relativamente à menção extraída, é óbvio que o sigilo acoplado a uma lista de 25 nomes de várias casas e famílias — já excluidos o rei e o príncipe — ainda que a Ordem da Espada não constasse em nenhum documento oficial do reino, nem nas menções dos cronistas coevos por dever de lealdade para com o rei, a notícia da sua existência transpiraria e tendo sido efémera já não haveria mal em referir-se-lhe umas décadas depois. E por maioria de razão haveria informação na família que sendo uma das mais importantes do reino, tinha cinco membros na lista dos cavaleiros: a Casa de Bragança, como Jerónimo Román descortinou.

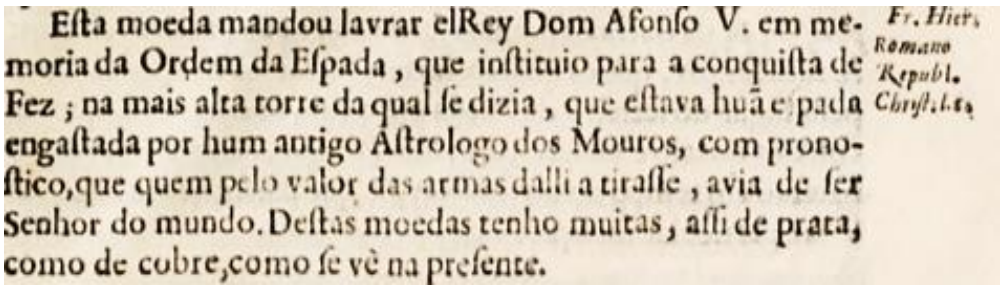
[22] Datas mencionadas em Panegassi (2014, p. 196), citando outros.

Manuel Severim de Faria

E também Manuel Severim de Faria era um autor considerado[23], mesmo reputado: observe-se que não só escreveu sobre a vida de João de Barros pois ainda lhe foi atribuído o prólogo da Década IV da Ásia de Diogo de Couto — que continuava a obra de João de Barros interrompida pelo seu decesso — por encomenda régia de Filipe II de Espanha, enquanto rei (Filipe I) de Portugal.

Sabe-se que Manuel Severim de Faria foi presbítero, mestre em Artes e alcançou o grau de doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade Jesuítica de Évora e, por volta dos vinte e seis anos, foi alçado a cônego e chantre de Évora, tornando-se historiador e erudito, além de antiquário e coleccionador, chegando a constituir o mais célebre gabinete de curiosidades de todo o reino (e.g., Panegassi, 2014, p. 182).

Era portanto não só um homem douto como informado, e sabendo nós agora que o seu escrito estaria já concluído em 1622 (embora só publicado em 1655), importa recordá-lo na fonte, relativo ao *espadim* esboçado e apresentado anteriormente.


Eſta moeda mandou lavrar elRey Dom Afonſo V. em memoria da Ordem da Eſpada, que inſtituio para a conquiſta de Fez; na mais alta torre da qual ſe dizia, que eſtava huã espada engaſtada por hum antigo Aſtrologo dos Mouros, com prognoſtico, que quem pelo valor das armas dalli a tiraſſe, avia de ſer Senhor do mundo. Deſtas moedas tenho muitas, aſſi de prata, como de cobre, como ſe vê na preſente.

Fr. Hier. Romano Republ. Chriſt. l. 2.

Observe-se que, referindo-se à espada engastada, a menção de Severim de Faria "*quem pelo valor das armas dali a tirasse, havia de ser Senhor do mundo*" — onde se vê, pela anotação lateral, que a fonte foi Jerónimo Román — é completamente compatível com a carta de d. Fernando, duque de Bragança, escrita em 1468 e antes reportada neste texto: "*e tirareis a espada de Fez, e conquistareis todo o mundo*". A lenda existia no tempo, com divulgação entre os grandes do reino de Portugal.

Vejamos então quem foi Frei Jerónimo Román. Não será uma história, apenas um apontamento detalhado.

Frei Jerónimo Román (y Zamora)

> *Ambos Jerónimo Román fueron contemporáneos, ambos fueron historiadores eclesiásticos, pero uno y otro se encuentran en polos opuestos por lo que se refiere a la nueva orientación y forma que iban tomando los estudios históricos de aquel período*.
> Fidel Villaroel[24], 1973 (pp. 490-491)

O frade agostiniano nasceu em Logroño provavelmente em 1534, e foi baptizado na mesma cidade, na paróquia do Senhor Santiago Apóstolo, patrono "das Espanhas" (Ferra, 1984, p. 309). Tendo ingressado no convento agostiniano de Haro, foi ordenado sacerdote em 1560 e empreende o seu trabalho de historiador animado pelo propósito de produzir uma crónica da Ordem de Santo Agostinho, escrita em castelhano e mais completa do que as que tinha divisado no estrangeiro (idem, p. 310).

[23] https://eve.fcsh.unl.pt/en/people/manuel-severim-de-faria-lisbon-1583-evora-1655
[24] https://en.wikipedia.org/wiki/Fidel_Villarroel

Veio a falecer em Medina del Campo em 1597. Na fase final da vida, deixou escrita uma frase onde mistura desalento e estoicismo, e que vale a pena ler (Villarroel, 1974, p. 546):

"*Gracias a Dios que hemos llegado a tanta infelicidad*."

O agostiniano Jerónimo Román foi dos primeiros a proclamar que a história deve ser estudada com base em documentos originais e fontes primárias, e pondo este princípio em prática dedicou uma grande parte da sua vida à indagação e demanda de fontes históricas autênticas (Villarroel, 1973, p. 491).

E, por ironia do destino, foi nesta época que também coexistiu o jesuíta Jerónimo Ramón de la Higuera (1538-1611) que compôs as falsas crónicas, pretendendo que estas haviam sido escritas por historiadores antigos, alegando ter encontrado os manuscritos no mosteiro de Fulda, perto de Worms. A falsidade das crónicas é inegável, mas durante algum tempo foram aceites como história verdadeira.

Diz-nos Villarroel que, em contraste absoluto com o jesuíta, o agostiniano Jerónimo Román poderia ser acusado de pecadilhos históricos mas jamais de falsificação, pois tudo quanto produziu foi produto de fontes reais e autorizadas ou tidas honestamente como tais e fidedignas (idem, p. 492).

No dia 1 de Outubro de 1573 o agostiniano fr. Ramón foi nomeado Cronista da Ordem de Santo Agostinho pelo Superior Geral Tadeo de Perusa (1570-1581), com privilégio de poder visitar todas as casas da ordem. Em 1575 publica a primeira edição da sua obra magna *Republicas del Mundo* onde se mostra muito crítico da actividade dos conquistadores espanhóis nas Índias Ocidentais (Ferra, 1984), citando abundantemente o dominicano fr. Bartolomé de las Casas na sua *Apologética Historia.*

Em 23 de Setembro de 1575, seis membros do Conselho das Índias escreveram uma carta ao rei Filipe II, protestando energicamente contra as *Republicas* (Villarroel, 1973, pp. 522-523): "*porque en ellas trata muchas cosas en deshonor de los primeros conquistadores, y poniendo dubda en el señorio y outras cosas indecentes e insolentes, y asi conviene, siendo Vuestra Majestad servido, que Vuestra Majestad mande que el Consejo Real com cuya licencia parece estar impreso, haga que se recojan todos los cuerpos de este libro que pudieram haberse, y se quite de él todo a que a esto toca*."

Dito e feito, a Inquisição colocou *Republicas*, assim como a sua *Historia de la Orden*, no *Index* dos livros proibidos, sem dar razões para uma medida tão drástica. Em 1583 ainda estavam pendentes, como nos diz Villarroel (1974, p. 459):

> "Fray Hieronimo Román, de la Orden de Sant Augustin, su historia de la misma orden: y los libros de Repúblicas, no se emendando y corrigiendo" *(Index et Catalogus Librorum prohibitorum* (Madrid, 1583, f. 67).

Em 1584, Román obteve da Inquisição a aprovação das correcções que o tribunal desejava, e, desde esse momento, a sua preocupação foi a melhoria das *Repúblicas* para uma segunda edição e a continuação das obras restantes. Aliás, fr. Jerónimo Román foi um escritor prolífico, embora muitas obras tenham desaparecido, talvez para sempre. Entre 1575-1586, depois de publicada a primeira edição de suas *Republicas del Mundo*, terá escrito *Historia Eclesiástica de España*, *Catholica historia de los sanctos de España*, *Flos Sanctorum*, *Las Monarquías del mundo* e outras, que se perderam (Villarroel, 1973, p. 524).

Fr. Jerónimo Román em Portugal

Fr. Román esteve em Portugal em 1567-1568, assistindo ao Capítulo da Ordem em Coimbra. É conhecido que visitou o convento de São Paulo na Serra de Ossa fundado no século XII, e aí se pode ver a sua preocupação em dar a conhecer ao mundo aspectos esquecidos.

Disse ele (Villarroel, 1974, p. 448):

> (…) *de sola esta religión no hallamos memoria en los authores estranjeros, ni en las reglas de cancellería, ni en la historia de España, mas yo queriendo dar alcance a todas las ordenes, fuy a buscar estos monasterios que están en la soledad*.

Depois regressou mais prolongadamente desde 1486, expatriado ou mesmo exilado, onde teve abrigo junto de Luís César de Meneses do Conselho Régio, de quem descenderão futuramente os condes de S. Lourenço e os condes de Sabugosa. Luís César acolheu-o e colocou à sua disposição a magnífica biblioteca que dispunha, dizendo Román: "*hallé libros curiosissimos, y todo lo demas que se podia dessear en cosa de curiosidad en el reyno de Portugal. Dioseme franca libertad para sacar cualesquiera papeles tocantes a la nobleza del Reyno*". A julgar pelas fontes que menciona nos seus escritos, visitou a Torre do Tombo, assim como as bibliotecas de Tomar, Belém, Coimbra, Alcobaça, os arquivos das três ordens militares e os de várias ordens religiosas (Villarroel, 1973, p. 542). Aliás, agradecido, Fr. Jerónimo Román dedicará uma epístola[25] a Luís César nas *Republicas*.

Reportando-se a uma data desconhecida, mas relativa uma vinda a Portugal, ele mesmo relata que em certa ocasião dissertou sobre a abundância das relíquias da Cruz do Salvador, a pedido de d. Isabel de Bragança[26]:

> "(…)*la infanta doña Isabel muger del infante don Eduardo, hijo del Rey don Manuel, y ella hija de don Jaime quarto duque de Braganca, estando presentes su hijo el señor don Eduardo Condestable de aquel reyno, y el Arcobispo que oy es de Braga don Fray Augustin*".

Em baixo, apresenta-se o retrato (presumido) do jovem d. Duarte[27], duque de Guimarães e 10º condestável de Portugal mencionado na transcrição acima por Román, de autor desconhecido,.



[25] vol. II, "República de los Elvecios o Sguizaros", Epístola a Luís César.
[26] https://en.wikipedia.org/wiki/Isabel_of_Braganza,_Duchess_of_Guimar%C3%A3es
[27] https://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_de_Portugal,_5.%C2%BA_Duque_de_Guimar%C3%A3es

Como se pode ler, Román conviveu com grandes de Portugal incluindo elementos da Casa de Bragança, e diz-nos Villarroel que a história de Braga e a da Casa de Bragança deram-lhe matéria para dois livros que, no entanto, não foram publicados (idem, p. 542).

Portanto, não será difícil concluir que a alusão de fr. Jerónimo Román à Ordem da Espada não é uma "patranha" como PdA insinuou, mas antes, e como nos diz o próprio autor, uma compilação de informação de documentos que encontrou dispersos no arquivo da Casa de Bragança.

Essa compilação poderia incorrer em alguns lapsos, e incorreu, como por exemplo a menção a uma nova igreja de Santiago que d. Afonso V iria construir, quando tudo indica que se trataria da igreja de Santiago em Lisboa[28], existente desde o século XII — apesar de ter sido sucessivamente renovada e mesmo reconstruída por efeito dos vários terramotos, nomeadamente o de 1531 e de 1755 — e que ainda hoje lá tem uma pia baptismal com as armas de d. Jorge da Costa, já anteriormente referido neste texto: arcebispo de Lisboa e possível retratado no Painel do Arcebispo. Também nos nomes da lista de membros poderá haver alguns dados incompletos ou mesmo incorrectos, que aliás Caetano de Sousa procurou corrigir. Mas, no essencial, a notícia estará devidamente fundamentada.

Desculpe-se Pedro de Azevedo, embora a ligeireza com que lidou com a menção de João de Barros seja estranha, e a quase difamação que induziu sobre fr. Jerónimo Román possa ter resultado da associação com o homónimo e coevo jesuíta. Mas não deixa de ser ignorância, aparentemente alimentada por um ressentimento relativo à fuga da família real e da corte para o Brasil e contra d. João VI, ainda Príncipe Regente, em particular, de que resultou um viés. Ou então, no caso mais indesejável, uma dessas agendas pessoais e políticas ligadas ao zelo de segredos de Estado, por instâncias muito presentes na gestão dos arquivos do reino.

Evidência da Ordem da Espada nos Painéis de São Vicente

Iúri Fernandes (2022, pp. 49, 80) também menciona os Painéis de São Vicente, embora de passagem. Considera que o motivo do *espadim* está presente, pelas mãos dos diferentes vultos que seguram a espada na bainha abaixo da guarda, e não no punho como seria expectável. No entanto, Iúri dissocia o *espadim* da Ordem da Espada, alegadamente por duas razões: i) faz remontar o *espadim* a 1455 de acordo com a sua interpretação do documento do cambista francês, que já discutimos neste texto; e ii) segue a tese de Pedro de Azevedo de que a Ordem da Espada foi uma ficção, sendo antes um ramo da Ordem de Santiago, algo que também já discuti.

Como é de presumir, discordo. Os próprios painéis fazem-se a prova de que a Ordem da Espada existiu.

Vejamos a imagem com que este texto abre, na primeira página. Tem-se o rei em genuflexão, próprio de pose régia em atitude de veneração, segurando a espada na bainha abaixo das guardas — com a mão esquerda, pois a mão direita seria de Deus — e isto acontece em primeiro plano.

E, por detrás dele, tem-se o jovem príncipe d. João que ampara a espada também com a mão esquerda, na mesma zona da bainha abaixo das guardas. Ampara — e até parece indicar com a mão o seu pai, grão-mestre da ordem — mas não segura, como seria próprio do número dois da lista da Ordem da Espada, estando indigitado mas que ainda não fora armado cavaleiro, subscrevendo eu a tese de José de Figueiredo de que o jovem aparenta ter cerca de dez anos, e só será armado cavaleiro em Arzila com dezasseis.

[28] https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Santiago_(Lisboa)

E é precisamente por razão de integrar a Ordem da Espada, seguindo-se logo ao rei e grão-mestre como príncipe herdeiro do reino que se pode justificar que o jovem mostre ter espada. Que outra justificação poderia haver? Esta evidência, considero-a expressa.



A marca sigilosa da Ordem da Espada

No texto anterior (Casquilho, 2026) discriminei todo um conjunto de elementos pictóricos, que se poderiam considerar anomalias, excepto se vinculados à Ordem da Espada, e que não irei aqui repetir salientando apenas alguns

Talvez o mais inusitado motivo a que se pode associar a Ordem da Espada no políptico expressa-se no "Painel do Arcebispo", que também se poderia designar por "Painel dos Condestáveis" seguindo a indicação de Livermore (2007), e que eu enunciei como 'painel da injunção da Cruzada', em termos de conteúdo semântico que lhe estará associado.





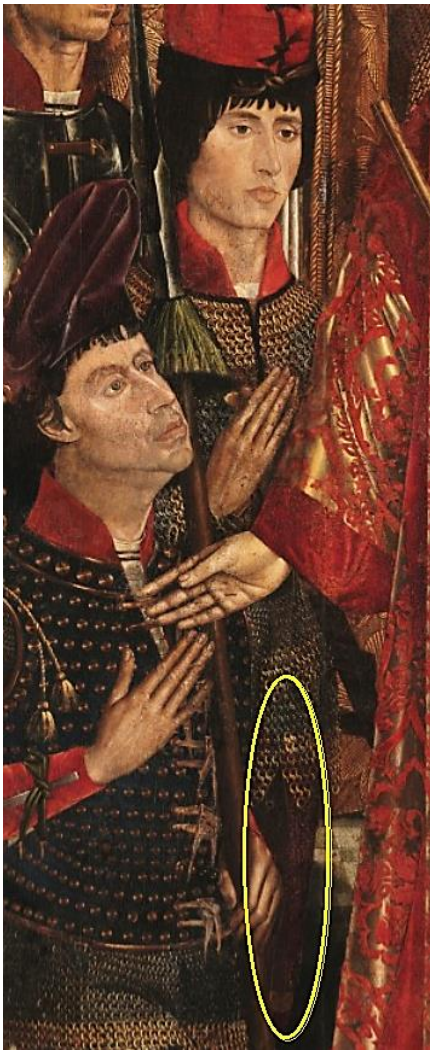
São Vicente está com barrete frígio carmesim — elemento da indumentária dos cavaleiros da Ordem da Espada — e empunha a vara de comando dourada no braço que sustém o livro sagrado, ora fechado e coberto. Do mesmo lado — esquerdo do santo e direito do observador — emerge sob a alva, abrindo a dalmática, uma silhueta de algo longilíneo e rígido, produzindo uma saliência.

Que só poderá ser uma espada, incluindo a abotoadura da bainha. E cuja desambiguação por indexação está a cargo do cavaleiro ajoelhado (que propus identificar como o Infante d. João, (ex)condestável falecido em 1442) que segurando o seu próprio estoque aponta com o indicador para a saliência na alva, formando um índice por contiguidade espacial e referencial.

Enfim, para quem me disser que se trata de pareidolia, responderei que a inteligência de el-rei Afonso V, e do cavaleiro da sua casa Nuno Gonçalves, mostra-se subtil e selectiva. Para mim, este elemento pictográfico faz evidência da natureza da ordem, efectiva mas sigilosa.

Ainda, e como é sabido de textos anteriores, propus a identificação dos cavaleiros de primeiro plano como sendo o (ex)condestável d. Pedro em genuflexão, eleito rei de Aragão; e, no outro extremo, também em primeiro plano, o (ex)condestável e infante d. João, ajoelhado, e falecido em 1442.

Há, no entanto, um outro aspecto que me proponho revisitar —– e mesmo reformular —– e que se traduz numa nova hipótese de identificação de vulto, que acho apelativa e promissora.



Associada ao vulto jovem, de mãos em prece, que identifiquei como sendo o cardeal d. Jaime; mal se nota, mas existe outra espada[29], emergindo da cota de malha junto ao cabo da bisarma transportada por seu irmão d. Pedro, na zona da mão esquerda deste. A ponteira de metal da bainha depois de vista torna-se ineludível, bem como as linhas rectas que se lhe associam ascendentemente, estando o restante (nomeadamente, guardas e punho) escondidas sob a loriga de malha.

Acontece que o mesmo vulto é identificado por Iúri Fernandes (2022, p. 109, fig. 79) como sendo d. Diogo, imaginando eu que seja o jovem condestável que sucedeu a seu pai, o infante d- João, no cargo. Nem durou um ano o mandato, pois faleceu, com 18 anos entre 1442-43.

Eu tinha proposto o cardeal d. Jaime porque também falecera jovem, e estava entre o arcebispo e o seu irmão d. Pedro, tendo barrete duplo vermelho a que associei o facto de ser administrador de dois arcebispados, dos quais o de Lisboa.

No entanto, agora interrogo-me: e se a interpretação do barrete duplo for outra? Que tal se o barrete duplo significar duas pessoas simbolizadas no mesmo vulto?

Explico-me melhor: o barrete é vermelho, elemento do vestuário dos membros da ordem da espada; no entanto, sendo duplo e atado com nós, torna-se *sui generis*.

E então bem poderia ser uma representação para honrar a memória de dois jovens de Avis já idos, filhos de dois infantes que aliás eram próximos amigos além de serem irmãos: d. João, condestável do reino e mestre da Ordem de Santiago que faleceu em 1442 com 42 anos; e o seu irmão mais velho, infante regente d. Pedro, falecido em 1449 em Alfarrobeira —– cujo vulto identifico em outro painel (e.g., Casquilho, 2026). Assim, estariam hibridizados e recordados como se fossem cavaleiros honorários ou eméritos da nova ordem. Resumindo, se o barrete com nós simbolizar duas pessoas representadas numa só, estes são primos germanos, um faleceu com 17/18 anos em 1443 e o outro com 25/26 anos em 1459, e ainda foi membro da Ordem da Jarreteira, além de cardeal-diácono.

[29] Devo esta identificação a uma observação de António Salvador Marques. Pode ser melhor vista ampliando aqui: https://artsandculture.google.com/asset/pain%C3%A9is-de-s%C3%A3o-vicente/WAG9YcHHiWiS-g?hl=pt-PT

O que me leva a rever a proposta de identificação foi só ter reparado que o vulto tinha espada. Ora espada, ou estoque, é atributo de condestável. Seguiu-se a inspiração dada por Iúri Fernandes cujo texto e imagens só conheci depois, e a que procuro agora fazer jus.

Coloca-se depois uma questão: se o vulto é um retrato "tirado pelo natural" como era próprio de Nuno Gonçalves, quem teria sido o modelo?

Jogando com a juventude e as afinidades, poderia ter sido d. João, primogénito do infante d. Fernando, —— irmão do rei e condestável do reino até ao seu decesso em 1470 — sendo então substituído no cargo precisamente por este seu filho d. João, só durante dois anos porque também faleceu jovem, em 1472. Em 1465, ano em que coloco a fixação cronológica dos vultos e em particular dos vivos, d. João teria 17 anos, o que parece compatível com a figuração da máscara.

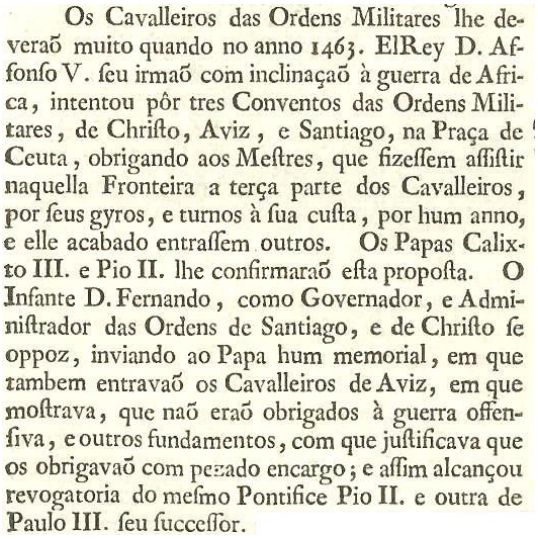
Estariam assim reunidos três em um, uma revisitação da trindade tão celebrada no ideário do século XV.

Enfim, é mais uma deixa na identificação de vultos, não tenho duvidas de que a mestria de Nuno Gonçalves e a inteligência de d. Afonso V poderiam surpreender-nos com soluções inusitadas, e esta poderia ser uma, e ainda haver outras à espera.

Coda

Poder-se-á talvez perguntar se eu defendo a interpretação do políptico como a figuração da "Investidura solene de el-rei como grão-mestre da Ordem da Espada"? Não, embora tal possa considerar-se contemplado, porque o condestável do reino ergue o estoque ao alto alçado pela base numa pose característica de uma cerimónia de investidura, mas também de um juramento associado a um voto. Conseguiria associar 5 dos 6 painéis sob esse enunciado acima, mas não um — o único que tem iluminação contrária — e que me rompe o puzzle. E ainda bem, porque abre novos horizontes. Conto escrever mais um pouco sobre esse assunto num dia ainda por vir.

A interpretação de Pedro de Azevedo de que a Ordem da Espada seria uma secção ou um ramo da Ordem de Santiago afigura-se-me errada, desde logo porque João de Barros é claro no que diz e Jerónimo Román considerado criterioso no suporte documental do que escreveu, como antes elucidei. E também porque esta última — a Ordem de Santiago — estaria sob a alçada do infante d. Fernando, que conforme nos diz Caetano de Sousa (1736, p. 501), não teve pejo em contrariar o seu irmão e rei, a propósito de uma tentativa deste de mobilizar cavaleiros das três ordens militares do reino para instalar três conventos em Ceuta em 1463, com inclinação à guerra em África. O texto é tão interessante que o coloco em imagem.



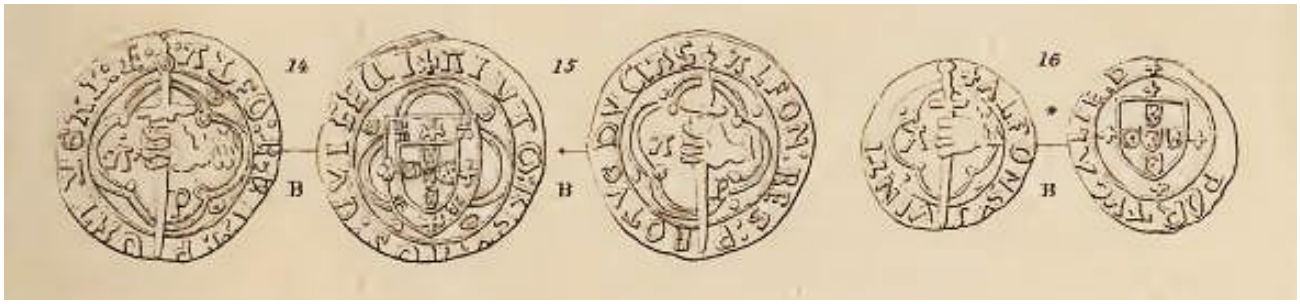
Os Cavalleiros das Ordens Militares lhe deveraõ muito quando no anno 1463. ElRey D. Affonſo V. ſeu irmaõ com inclinaçaõ à guerra de Africa, intentou pôr tres Conventos das Ordens Militares, de Chriſto, Aviz, e Santiago, na Praça de Ceuta, obrigando aos Meſtres, que fizeſſem aſſiſtir naquella Fronteira a terça parte dos Cavalleiros, por ſeus gyros, e turnos à ſua cuſta, por hum anno, e elle acabado entraſſem outros. Os Papas Calixto III. e Pio II. lhe confirmaraõ eſta propoſta. O Infante D. Fernando, como Governador, e Adminiſtrador das Ordens de Santiago, e de Chriſto ſe oppoz, inviando ao Papa hum memorial, em que tambem entravaõ os Cavalleiros de Aviz, em que moſtrava, que naõ eraõ obrigados à guerra offenſiva, e outros fundamentos, com que juſtificava que os obrigavaõ com pezado encargo; e aſſim alcançou revogatoria do meſmo Pontifice Pio II. e outra de Paulo III. ſeu ſucceſſor.

Na Ordem da Espada, el-rei era grão-mestre e senhor absoluto. Nas restantes, e sob jurisdição papal, não.

Quanto a outros aspectos parcelares, não vejo qualquer razão para duvidar de Severim de Faria e depois de d. Rodrigo da Cunha, sobre o *espadim* ser também a moeda comemorativa da Ordem da Espada, com a função principal de circular entre o povo alertando e dinamizando para a cruzada, e criando as condições subjectivas favoráveis ao pedido de 150000 dobras de ouro que poderá ter sido avançado desde 1457 como vimos, e depois aprovado nas cortes de Évora de 1460, junto com a injunção da mobilização militar, que na altura foi derrogada por doença do rei. Ainda me perguntarão: então por que não tem torre? Responderei: porque el-rei Afonso V gostava de mensagens algo cifradas, sobretudo quando relativas a uma iniciativa particular e sigilosa.

Metelo de Seixas coloca a cunhagem do *espadim* em 1458-60 e parece-me uma datação adequada, tendo-se referido que em 1456 há registos de que houve importação de prata, ouro e cobre. Ainda, Zurara na Crónica de d. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, terminada em 1463, menciona *espadins* (p. 477) em substituição de *reais brancos*.

Também Aragão (1875, p. 235) menciona os *espadins* onde resgata a menção de Severim de Faria, e apresenta estampas no final do livro, salientando a insólita menção "DVCIAS" no esboço nº 15, que interpreta, talvez, como "general".



A lenda fundadora da Ordem da Espada mostra-se existente e dsseminada entre os grandes do reino em 1468, conforme a carta que foi antes mencionada, e o motivo de Fez era tão candente entre o rei e a nobreza de Portugal que, no tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479-80 — onde se firmaram as pazes entre Portugal e Castela — entre muitas cláusulas, Portugal reconheceu a possessão castelhana das Canárias, e, em contrapartida, os Reis Católicos aceitavam sem oposição a navegação e o comércio da Guiné e das terras a sul, e também reservavam a Portugal a conquista do reino de Fez (Moreno & Freitas, 2006, p. 274).

Post Scriptum

Enfim, este não era o texto que pensava escrever na continuidade do anterior, antes imaginava vir aflorar os três volantes que então não referi, a propósito da Cruzada no seu sentido mais lato incluindo a expansão portuguesa como vector da dilatação da fé e da salvação das almas, conjugada com a actividade comercial. Mas não se espere que eu persiga o "quem é quem", para que não tenho apetência, nem sequer competência, com excepção de uma ou outra figura que posso achar particularmente relevante.

Interessa-me sobretudo o enquadramento ideológico da época, incluindo antecedentes, expresso nas bulas papais, a questão da guerra justa ou injusta de acordo com a doutrina coeva de Cúria. Falando de guerra, está provado nos dias de hoje que o bicho *sapiens* não se livrou da propensão bélica dos seus primos e ancestrais primatas, aliás bem documentada recentemente (Sandel et al., 2026), e a cultura o mais que fez, foi aprimorar a tensão com um nível de sofisticação letal que veremos no que dá.

Voltando às tábuas, já defendi e mantenho, que considero que o políptico é o retábulo feito para a capela real de Sintra referido na carta de quitação de 1470 feita a Nuno Gonçalves, onde o rei mandava pagar cerca de 80% da verba total ao cavaleiro de sua casa. A capela era da invocação do Espírito Santo, pelo que os motivos patentes no livro legível são compatíveis com uma missa votiva ou de Pentecostes[30], como também a(s) dalmática(s) de rubro e ouro, onde tomo emprestada a expressão de Conceição e Silva de São Vicente como arauto do Espírito Santo, embora não Vicente mártir, mas, da etimologia do seu nome, vencedor. E numa capela palatina poderia figurar um judeu, motivo herético num espaço de culto público, como nos disse George Kaftal, já em 1942.

É possível que a mensagem mais lata que se possa associar ao políptico seja a de Jaime Cortesão enunciada como "o retábulo da investidura da nação pelo Espírito Santo" (Leal, 2017, p. 78). No entanto, não consigo encontrar esse livro em Timor-Leste, onde vivo, e na identificação de vultos Cortesão e eu somos muito díspares[31], o que não implica necessariamente com a semântica da obra.



[30] Lamentavelmente, li em vários lados e repeti, que tal teria ocorrido num Domingo de Pentecostes https://pt.wikipedia.org/wiki/Queda_de_Constantinopla. Mas não, terá sido antes numa terça-feira subsequente, em que 29 de Maio no calendário juliano corresponderia a 6 de Junho no calendário gregoriano que só entrou em vigor em Outubro de 1582; no entanto, o autor menciona que dada a ocorrência relatada de um eclipse lunar, poderia ter sido antes em 24 de Maio (Phillipides, 2020).

[31] https://www.publico.pt/culturaipsilon/paineis-sao-vicente/quem-e-quem-nos-paines

Referências

Aguiar, M. (2018). As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV. *Medievalista* (online), *23*, 1-31. https://doi.org/10.4000/medievalista.1580

Aragão, A. C. T. de (1875). Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes, Governadores de Portugal (Tomo i). Imprensa Nacional, Lisboa.

Azevedo, P. de (1919/1920)[32]. D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada. *Real Academia das Sciencias – Boletim da Segunda Classe*, *12*, 630-741, Imprensa da Universidade, Coimbra (1920).

Barradas, A. l. (2006). D. Afonso, 4º Conde de Ourém. *Medievalista Online*, *2*(2), 1-30. https://doi.org/10.4000/medievalista.891

Barros, D. L. P. de (2022). Contrato de veridicção: operações e percursos. *Estudos Semióticos* [online], *18*(2), 23-45. https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198279

Barros, J. de (1552). *Ásia – Década Primeira* (dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente). Of. Germão Galharde, Lisboa.

Boxer, C. R. (1969/1977). The Portuguese Seaborne Empire (1415-1825). Hutchinson $& Co (publishers) Ltd, London.

Casquilho, J. P. (2013a). Veridicção, verosimilhança e informação. *Revista Veritas*, *1*(1), 81-102. https://www.researchgate.net/publication/291765372_Veridiccao_verosimilhanca_e_informacao

Casquilho, J. P. (2013b). Informação útil ou entropia ponderada. *Revista Veritas*, *1*(2), 87-102. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6598

Casquilho, J. P. (2025). Ainda o enigma dos painéis de S. Vicente de Fora. O políptico votivo de Afonso V, a Cruzada e o signo da Espada. (working paper/documento de trabalho) *ResearchGate*. https://doi.org/10.13140/RG.2.2.12172.01921

Casquilho, J. P. (2026). Paisagem semiótica dos painéis de São Vicente: Ordem da Espada. (working paper/documento de trabalho). *ResearchGate*. https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23535.80802

Castro, J. B. de (1762). Mappa de Portugal Antigo e Moderno (Parte 1 e 2). Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.

Coimbra, A. V. (1963). Ordens militares de cavalaria em Portugal. *Revista de História*, *26*, 21-33. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1963.121849

Cunha, R. da (1642). *História Ecllesiastica da Igreja de Lisboa. Vida e (…)* (v. I). Manoel da Sylva, Lisboa.

Earle, T. (2024). *Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2567-6

Faria, M. S. de (1655). *Notícias de Portugal* (oferecidas a el-rei N. S. D. João IV). Officina Craesbeeckiana, Lisboa.

Faria, M. S. de (1778). *Vida de João de Barros e indice geral das quatro decadas da sua Asia.* Regia Officina Typografica, Lisboa.

Fernandes, M. B. L. (1856). Memoria das Moedas Correntes em Portugal – Desde o tempo dos romanos até ao ano de 1856. Typographia da Academia, Lisboa.

[32] Utilizo o ano "1919" conforme referenciado em Isabel Vaz de Freitas (2008).

Fernandes, I. (2022). *A Mão de Deus – nas moedas de D. Afonso V e de D. João II*. (c/ colaboração). Lisboa. https://www.academia.edu/90496619/A_m%C3%A3o_de_Deus_nas_moedas_de_D_Afonso_V_e_D_Jo%C3%A3o_II

Ferra, A. J. S. (1984). El logroñés Jerónimo Román y su obra sobre las repúblicas del mundo. *Cuadernos de investigación: Historia*, *10*(1), 307-316. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=81586

Figueiredo, J. de (1910). *Arte Portugueza Primitiva. O Pintor Nuno Gonçalves*. Typ. do Annuario Commercial, Lisboa.

Freitas, I. V. (2009). A Espada de Santiago, o Velo de Ouro e a Jarreteira. In *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al professor Julio Valdeón* (Maria Isabel del Val & Pascual Sopena, Eds), pp. 409-422. Consejería de Cultura y Turismo (Junta de Castilla y León) – Universidad de Valladolid.

Freitas, J. A. G. de (2015). A atividade financeira da corte dos reis de Portugal (séculos XIV e XV). *e- Spania* [En ligne], *20*. https://doi.org/10.4000/e-spania.24221

Geraldo, J. C. M. (2008). A transferência da família real para o Brasil: suas consequências. *Revista Militar*, 2472, 45p. https://www.revistamilitar.pt/artigo/257

Gomes, S. A., Portugal, J. A., & Silva-Araújo, A. (2019/2018). Uma matriz sigilar real portuguesa de ouro do século XV. *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, *9*. https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/6239

Heidegger, M. (1961). On the Essence of Truth (4th Ed.). https://aphelis.net/wp-content/uploads/2011/02/Martin-Heidegger-On-the-Essence-of-Truth.pdf

Hopper, V. F. (1038). *Medieval Number Symbolism – Its sources, meaning, and influence on thought and expression.* Columbia University Press, New York.

Kaftal, G. (1942) Essai iconographique sur les panneaux attribués á Nuno Gonçalves. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga, 2*(6), 50-64.

Leal, J. (2017). Nação e império: Agostinho da Silva e as Festas do Espírito Santo. *Práticas de História*, *4*, 75-111. https://revistas.rcaap.pt/index.php/pdh/article/view/22982/17047

Livermore, H. (2007). The panels of St Vincent. *The British Historical Society of Portugal - 34 Annual Report and Review*, pp. 32-38. https://www.bhsportugal.org/library/articles/the-panels-of-st-vincent

Moreno, H. B., & Freitas, I. V. de (2006). *A Corte de D. Afonso V: o tempo e os homens*. Ediciones Trea, Gijón.

Nascimento, R. C. de S. (2011). As cortes portuguesas durante o govero de d. Afonso V (século XV). *OPSIS, 10*(2), 101-119. https://doi.org/10.5216/o.v10i2.10945

Nunes, E. B. (1981). Abreviaturas paleográficas portuguesa. F.L., Universidade de Lisboa.

Panegassi, R. L. (2014). Os artifícios da perfeição: João de Barros por Manuel Severim de Faria. *Revista de História*, *71*, 175-212. http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89011

Pinto, P. (2018). Carta do duque de Bragança a d. Afonso V sobre a ida de Castela (transcrição). *Fragmenta Historica*, *6*, 141-143. https://research.unl.pt/ws/files/32051232/06_29.pdf

Pisnitchenko, O. (2023). La Orden de la Banda; Ideologia cavaleiresca na corte de Alfonso XI. In Souza, A. M. de, Fernandes, G. A. & Nascimento, R. C. de S. (Orgs.). *Ensaios Historiográficos: discursos, conflitos e sensibilidades*. (pp. 741-756). Tempestiva.

Phillipides, M. (2020). The Date of the Conquest of Constantinople: May 29, 1453? *YILLIK: Annual of Istanbul Studies*, *2*, 197–199. https://doi.org/10.53979/yillik.2020.16

Poza, S. L. (2019). La divisa o empresa de Alfonso V *el Africano*, rey de Portugal: nueva lectura e interpretación. *Janus*, *8*, 47-74. https://www.janusdigital.es/articulo.htm?id=122

Risco, J. D. (2020). Jeronimo Román de la Higuera y los falsos cronicones. *Anales Complutenses*, *32*, 149-167. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8579361

Román (y Zamora), J. (1594/5). *Republicas del Mundo* (I). Casa de Juan Fernandez, Salamanca.

Sandel, A. A., He, Y., Ren, J., Kei, Y. L., Lee, K. C., Clark, I. R., Reddy, R. B., Negrey, J. D., Birungi, C., Apamaku, B. A., Kanweri, D., Kalunga, D., Aliganyira, C., Ramírez-Amaya, S. Kamugyista, B., Acosta-Florez, D., van Boekholt, B., Mbabazi, G., Akamunka, E.,…Mitani, J. C. (2026). Lethal conflict after group fission in wild chimpanzees. *Science, 3926794), 216-220.* https://doi.org/10.1126/science.adz4944

Seixas, M. M. de (2015). Héraldique et inscriptions dans les monnaies portugaises de la dynastie d'Avis de Jean 1er à Manuel 1er (1385-1521) in Loskoutoff, Y. (coord.), *Héraldique et Numismatique III – Moyen Âge – Temps Modernes*, Presses Universitaires de Rouen et du Havre, Le Havre, pp. 89-103.

Seixas, M. M. de (2020). Motivos jacobeus na emblemática quatrocentista da Casa de Avis. *Ad Limina*, *11*, 153-182. https://novaresearch.unl.pt/files/27347093/AdL_XI._07_Miguel_Metelo_de_Seixas.pdf

Serra, J. C. da (1792). Chronica do Conde D. Pedro de Menezes, por Gomes Eannes de Zurara. In *Ineditos de Historia Portugueza* (…) (t. II), pp. 213-635. Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa

Serra, J. C. da (1793). Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In *Ineditos de Historia Portugueza* (…) (t. III), pp. 393-541. Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Sousa, A. C. de (1736). *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* (T. II). Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa.

Villarroel, F. (1973). Fray Jerónimo Román, historiador del siglo de oro. *Estudio Agustiniano*, *8*(3), 489-548. https://doi.org/10.53111/estagus.v8i3.866

Villarroel, F., (1974). Jerónimo Román, historiador del siglo de oro (IV). *Estudio Agustiniano:*, *9*(3), 429-471. https://doi.org/10.53111/estagus.v9i3.920